



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RICARDO SILVA DE OLIVEIRA

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PERSPECTIVA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: Um estudo do Ciclo 05 “C” da EJA na UFPB**

JOÃO PESSOA-PB

2019.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PERSPECTIVA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: Um estudo do Ciclo 05 “C” da EJA na UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, sob a orientação do Prof^o Terence Mulhall em cumprimento as exigências para obtenção do título de Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

JOÃO PESSOA-PB

2019.1

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Oliveira, Ricardo Silva de .

Relações étnico-raciais na perspectiva à educação de jovens e adultos:
um estudo do ciclo 05 "c" da Eja na UFPB / Ricardo Silva de Oliveira. -
João Pessoa, 2019.

75 f.:il.

Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da
Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientador: Prof. Dr. Terence Mulhall

1.Etnia. 2. Raça. 3. Educação de jovens e adultos. I.Título.

BSE-CCHLA

CDU 376.7

RICARDO SILVA DE OLIVEIRA

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PERSPECTIVA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: um estudo do Ciclo 05 “C” da EJA na UFPB**

Aprovado em: 20/09/2019

BANCA EXAMINADORA

Profº Terence Mulhall

Orientador – UFPB

Profº Antônio Giovanni Boas Gonçalves

Examinador – UFPB

Profº Daniel Valério Martins

Examinador – UFPB

JOÃO PESSOA – PB

2019.1

“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.”

Darcy Ribeiro

A Deus, por me conceder a sapiência na subida de mais um degrau na vida e a toda minha família, pelo apoio e incentivo, dedico.

AGRADECIMENTOS

A meus pais Ailton e Josefa (in memorian), pois a dor de vossa ausência é o mais caro tributo que pago pela concretização do meu ideal.

Ao Prof. Dr. Daniel Valério Martins e ao meu orientador Prof. Terry Terence Mulhall, pela responsabilidade, dedicação, compromisso e competência para a realização deste trabalho.

A minha esposa Vivianne França, pelo companheirismo e compreensão nas horas ausentes.

A minha filha Valentine, razão do meu viver.

A minha irmã Ana Cristina e a minha tia Ana Lúcia incentivadoras e amigas.

Enfim, a toda a minha família.

RESUMO

O presente trabalho teve a intenção de analisar as relações étnico-raciais na perspectiva da educação de jovens e adultos, um estudo do Ciclo 05 “C” da EJA na UFPB. Empregamos uma abordagem qualitativa de investigação, pelo fato de propiciar uma análise reflexiva sobre os processos de desenvolvimento humano. Entre os tipos de abordagem qualitativas existentes, partimos da atualização do estudo de caso, pelo fato de descrever a realidade de forma completa, profunda e contextualizada. A princípio observamos toda a sala de EJA, universo da nossa pesquisa. Em seguida aplicamos um questionário semiestruturado aos sujeitos (três professoras e dezenove alunos da educação de jovens e adultos) com o intuito de extrair destes a compreensão do que sejam relações étnico-raciais. Assim, constatamos que ainda existe um longo e desafiador caminho, a ser percorrido na Educação de jovens e adultos. As conquistas legais precisam agora ser efetivadas e, isso requer condições concretas, no caso das leis: 10.639/03 e 11.645/08, que não podem continuar sendo ignoradas pelas secretarias de educação, escola e professores, já que o prejuízo maior diante de toda essa inércia quem paga é a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Etnia. Raça. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze ethnic-racial relations from the perspective of youth and adult education, a study of EJA Cycle 05 “C” at UFPB. We employ a qualitative research approach because it provides a reflective analysis of the processes of human development. Among the types of qualitative approaches that exist, we start from the case study update, because it describes reality in a complete, deep and contextualized way. At first we look at the whole room of EJA, universe of our research. Then we applied a semi-structured questionnaire to the subjects (three teachers and nineteen students of youth and adult education) in order to extract from them the understanding of what are ethnic-racial relations. Thus, we find that there is still a long and challenging path to be followed in the education of youth and adults. The legal achievements now need to be realized and this requires concrete conditions, in the case of laws: 10.639 / 03 and 11.645 / 08, which cannot continue to be ignored by the departments of education, school and teachers, since the greatest damage to all This inertia pays for society as a whole.

KEY-WORDS: Ethnic Group, Race, Young and Adult Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	15
1.1 Caracterização da sala de EJA Ciclo 05 “C” da UFPB.....	15
1.1.1 Condições históricas.....	15
1.1.2 Faixa etária dos alunos.....	15
1.1.3 Formação dos docentes.....	16
1.1.4 Recursos humanos.....	16
1.2 Metodologia.....	17
1.3 Caracterização da pesquisa.....	18
1.3.1 Sujeitos da pesquisa.....	19
1.3.2 Instrumentos da pesquisa.....	20
1.3.3 Análise dos dados.....	20
2 TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	22
2.1 Trajetória histórica da EJA no Brasil.....	22
2.2 Educação de Jovens e Adultos na Paraíba.....	26
2.2.1 Nos meandros do cotidiano da EJA hoje.....	28
2.2.2 Perfil dos alunos da EJA.....	30

2.3 Relações Étnico-Raciais no espaço de Jovens e Adultos.....	31
2.4 Raça/Etnia.....	34
2.5 Práticas Pedagógicas e o Currículo da EJA para convivência das Relações Étnico-Raciais.....	36
2.5.1 A Lei 10.639/03 e suas práticas no cotidiano escolar.....	38
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXOS ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR.....	73
ANEXO B - QUESTIONÁRIO APLICADO AO ALUNO (A).....	75

INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho se pretende analisar as relações étnico-raciais na perspectiva à educação de jovens e adultos. Pretende fazer uma abordagem qualitativa de investigação, pelo fato de propiciar uma análise reflexiva sobre os processos de desenvolvimento humano. Entre os tipos de abordagem qualitativa existente, partimos da utilização do estudo de caso, com a finalidade de descrever a realidade de forma completa, profunda e contextualizada. A princípio foram observadas as salas de aulas do Ciclo 5 “C” da EJA na UFPB, como objeto da pesquisa. Em seguida foi realizada a aplicação de um questionário semiestruturado aos sujeitos com o intuito de extrair destes a compreensão sobre as relações étnico-raciais. Assim podendo constatar a existência de um longo e desafiador caminho a ser percorrido na Educação de Jovens e Adultos. As conquistas legais precisam agora ser efetivadas e, isso requer condições concretas, no caso da lei: nº 10.639/03 que torna obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, nos currículos das escolas públicas e privadas nas várias modalidades de ensino e lei complementar nº 11.645/08, que estabelece as “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” as quais não podem continuar sendo ignoradas pelas secretarias de educação, escola e professores, já que o prejuízo maior diante de toda essa inércia quem paga é o aluno.

Na Sociedade Contemporânea, as mudanças ocorrem cada vez mais rápido de modo que a habilidade de “aprender a aprender” torna-se uma das mais importantes para que uma pessoa obtenha êxito pessoal e profissional.

As mudanças relacionadas ao mundo do trabalho e do consumo, do ponto de vista social e político, familiar e comunitária, às oportunidades de lazer e desenvolvimento cultural estão entre os principais motivos do retorno à escola de um grande número de jovens e adultos que, diante das dificuldades decorrentes da baixa escolaridade, busca por meio dos estudos adquirir maior capacitação e melhores condições de dispor espaço no concorrido mercado de trabalho.

Pode-se afirmar que foram muitas as conquistas, no âmbito legal, desde a CF – 1988 (Constituição Federal); LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases), as DCN’s (Diretrizes Curriculares Nacionais), sem falar das resoluções e pareceres que atualizam, complementam e ampliam o debate legal já existente. É o que ocorre com a publicação da Lei 10.639/03, quando o Conselho Nacional de Educação instituiu as “Diretrizes Curriculares para a

educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” e posteriormente complementada pela Lei 11.645/08 que estabelece as “Diretrizes e bases da Educação Nacional” para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática, “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

Portanto, uma das modalidades da Educação Básica, a EJA (Educação de Jovens e Adultos), não pode e nem deve ficar de fora dessa discussão, conseqüentemente de sua concretização, haja vista a própria história e realidade dos alunos. Muitos foram excluídos do processo educacional pela impossibilidade de acesso à escola ou pela evasão, decorrente de múltiplas repetências.

Geralmente, as pessoas que ingressam na EJA¹ não iniciaram ou não concluíram o ensino escolar regular. Muitas pessoas fazem parte de grupos sociais desfavorecidos economicamente e já passaram por situações difíceis durante o período escolar, enfrentando problemas de aprendizado, dificuldades de convivência com colegas e professores, além de outros problemas que as levaram a deixar a escola, com a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família. Tal situação prejudica profundamente a autoestima dessas pessoas que, em geral, se sentem culpadas pela própria situação, duvidando de suas capacidades e negando seus saberes.

Para esses jovens e adultos,² voltar a estudar muitas vezes representa um desafio a ser superado, pois demanda tempo, força de vontade e dedicação em condições nem sempre propícias. Ao retornar aos bancos escolares, geralmente esses alunos demonstram muita curiosidade e desejo de vivenciar novas experiências, buscando não só um espaço de trocas de saberes e de conhecimentos, mas também um espaço de socialização e de inserção social.

Além dessa exclusão, os alunos das salas da EJA sofrem discriminação racial, em pleno ambiente escolar, e isso é ocasionado muitas vezes por ausência de debates sobre temáticas emergentes, como por exemplo, as relações étnico-raciais.

¹ Disponível em:

http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7877/1/2014_Enir Pereira Gonçalves.pdf

² Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/revistas/eniduepb/trabalhos/TRABALHO_EV100_MD1_SA13_ID355_221120/723/807.pdf

Essa discussão não se faz necessária apenas em salas de jovens e adultos, mas em toda esfera da sociedade, visto que a população brasileira é fruto da mistura de várias raças – etnias, devido a um longo processo de escravidão negra, no qual o Brasil foi o último a abolir a escravatura entre todos os países do mundo e essa agressão sofrida pelo povo negro durante séculos, ainda apresentam suas consequências na sociedade atual.

Dessa forma, cabe a todos os envolvidos com o ensino de jovens e adultos, tanto os educadores quanto os outros profissionais da escola, tratar os alunos com dignidade e respeito, de modo que possam recuperar sua autoestima e valorizar a si mesmo e as suas origens.

Como a questão étnico-racial é de suma relevância no contexto escolar, gera uma grande inquietação o que se leva a pesquisar sobre o tema, sendo essa questão a ser confirmada no período de observações realizadas em sala de aula da EJA. Enquanto estudantes do Curso de Ciências Sociais, há como se deparar com muitas lacunas ainda vividas no cotidiano das práticas escolares, e dentre tantas se encontra justamente a ausência do debate, da inclusão no currículo, e o desconhecimento dos professores e de instituições como um todo acerca das relações étnico-raciais. Diante desse contexto houve a necessidade de aprofundar as seguintes questões:

- ❖ Como se processam as relações étnico-raciais nas salas de jovens e adultos?
- ❖ Quais as práticas dos professores da EJA em relação à questão étnico-racial?

Com isso, procuramos percorrer os seguintes objetivos:

GERAL

- ❖ Analisar as relações étnico-raciais como perspectiva à Educação de Jovens e Adultos.

ESPECÍFICOS

- ❖ Investigar a prática pedagógica acerca das relações étnico-raciais da EJA;
- ❖ Identificar a importância da valorização dos educadores em seu papel educativo;
- ❖ Compreender a educação de jovens e adultos como campo de igualdade e direitos das relações étnico-raciais;

- ❖ Compreender o papel do jovem e do adulto como cidadão e sujeito ativo na transformação da escola e da comunidade;
- ❖ Propor temas sociais que favoreçam o desenvolvimento do jovem e adulto no planejamento das atividades escolares;
- ❖ Apontar novas configurações para a educação de jovens e adultos.

Então, espera-se que esse trabalho possa contribuir para o debate acerca das relações étnico-raciais nas turmas de EJA, objeto da nossa pesquisa, como também se deseja que os profissionais da educação e as escolas de modo geral apliquem o que está na lei não só como obrigatoriedade, mas principalmente pelo compromisso com questões sociais tão sérias e relevantes, que com certeza ajudam na formação e construção da cidadania dos alunos e se não for pretensão, que este sirva de fonte de consulta e pesquisa para outros que têm interesse nessa temática. Assim sendo, o trabalho será organizado em 3 capítulos.

No primeiro capítulo, serão descritas as diretrizes metodológicas, através de uma abordagem qualitativa de investigação, visando a pesquisa de dados a serem realizados, adotadas nesse estudo. Em seguida, o marco teórico através do qual será trazida uma breve trajetória histórica da EJA no Brasil, na Paraíba, o cotidiano da EJA hoje, o perfil dos alunos, relações étnico-raciais no espaço escolar de jovens e adultos, raça e etnia, práticas pedagógicas, o currículo da EJA para a convivência das relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03 e suas práticas no cotidiano escolar, constituindo, portanto o segundo capítulo. No terceiro capítulo, será apresentada a análise e a discussão de dados e logo após as considerações finais.

1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

1.1 Caracterização da Sala de EJA do Ciclo 05 “C” da UFPB

1.1.1 Condições Históricas

Durante o período que em estive escrevendo sobre a EJA, agendei uma visita para conversar com a Coordenação do Curso de Pedagogia, para conhecer a teoria da EJA, no Centro de Educação da UFPB. Chegando lá fui recepcionado pela coordenadora da EJA que me recebeu muito bem e muito interessada em contribuir com meu Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

Conversamos sobre a história da EJA na UFPB, desde seu início na instituição, ocorrendo no mês de abril de 1993, quantidade de estudantes, salas e também como funciona.

O convênio entre a Universidade Federal da Paraíba e a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba foi criado com a finalidade de atender aos funcionários da UFPB e seus dependentes; pouco tempo depois a EJA passou a ter abrangência maior atendendo também a comunidade próxima da instituição.

Até o ano de 2004, a EJA oferecia o Ensino Fundamental e Médio. A partir do segundo semestre do mesmo ano, passou a oferecer apenas o Ensino Médio.

A EJA na UFPB atende também a alunos de licenciatura para a prática de ensino, como também tem parceria com a Escola Técnica de Saúde e Pronatec, oferecendo cursos técnicos em enfermagem, protético, biodiagnóstico e cuidador de idosos.

Possui 315 alunos matriculados, distribuídos nos turnos da tarde e noite. As aulas funcionam no Centro de Educação, à tarde e no Centro de Tecnologia, à noite.

1.1 2 Faixa Etária dos Alunos

A turma era composta de estudantes de faixa etária, compreendida de 18 a 55 anos de idade e maioria negros e negras trabalhadores do comércio e da construção civil.

1.1.3 Formação dos docentes

As aulas da modalidade EJA, são ministradas por professores concursados do Estado e professores de 1º e 2º graus, da UFPB. Também é oferecido pelo estado, o curso preparatório para o ENEM. A coordenadora acrescentou que como o estudante da EJA vem de fora há muito tempo sem estar na escola, ao concluir a EJA, ele passa ao curso preparatório para o ENEM.

1.1.4 Recursos Humanos

Hoje, com a participação da comunidade, cada turma tem em média 50 alunos matriculados e um índice de aprovação muito bom.

Também segundo a coordenação, muitos alunos apresentam deficiência de aprendizado e deficiência física. Questionada sobre a questão étnico-racial a mesma garantiu que até o momento não houve casos de discriminação. A instituição se preocupa em colocar em prática a lei nº 10.639/03 no currículo da EJA.

A instituição renova o convênio com o Estado a cada cinco anos e acompanha as Diretrizes Operacionais para o funcionamento das Escolas Estaduais desde o ano 2018.

Portanto, a sala da EJA com que nos deparamos teve muito a dizer. Na incessante tentativa de compreender e analisar as relações étnico-raciais na sala da EJA do Ciclo 05 C da UFPB, utilizamos a observação e anotações, como recursos precípuos dos acontecimentos, e no decorrer do trabalho de campo obtivemos um material consideravelmente vasto referente ao nosso objeto de estudo.

Constatamos através da teoria-prática que ainda existe um longo e desafiador caminho a ser percorrido na educação de jovens e adultos, e serem efetivados, e isso requer condições concretas, no caso das leis: nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 e esperamos que as providências sejam tomadas pelos gestores públicos, escolas e professores.

Vimos e sentimos o descaso de todas as instâncias quanto a implementação da temática: História e Cultura afro-brasileira e indígena, no currículo oficial da escola. Os gestores públicos até o momento nada fizeram valer o que está na lei, e a escola por sua vez continua de “braços cruzados” a esperar pelas decisões advindas da secretaria de educação, e os professores, desconhecem totalmente as modificações e ampliações na LDB – 9.394/96. Logo, o prejuízo maior diante de toda essa inércia quem paga é o aluno.

Diante dessa realidade, desenvolvemos alguns tópicos, relacionados ao tema: As relações étnico-raciais (caderno de anotações), com a intenção de não ficarmos apenas na observação, mas com o objetivo de colaborar com práticas pedagógicas mais transformadoras e humanizantes.

Foram pesquisados temas como: formação do povo brasileiro, diferenças culturais, raciais, cidadania, direitos e deveres, (RIBEIRO,1995) sem o comprometimento do planejamento pré-estabelecido pelos professores, haja vista, elaborarmos entrevista através de questionários, destinados a professores e alunos.

1.2 Metodologia

Pretende fazer uma abordagem qualitativa de investigação, que consiste em o pesquisador buscar os dados a serem analisados considerando o ambiente natural, um estudo in loco, por propiciar uma análise reflexiva sobre os processos de desenvolvimento humano. Na expressão de Corrêa:

O método qualitativo é quando a técnica de pesquisa busca atender as dinâmicas de um ou poucos objetos de estudo, sem preocupações relacionadas a número e quantidades, apenas com as características qualitativas do objeto de estudo. Exemplo: Pesquisa de qualidade no atendimento, através da observação. (CORRÊA, 2018, p 18).

A princípio foi observada toda a sala do Ciclo 5 C – EJA da UFPB objeto da pesquisa. Depois, partimos da utilização do estudo de caso, com a finalidade de descrever a realidade de forma completa, profunda e contextualizada, que segundo Corrêa diz que:

O estudo de caso é quando todo o estudo está centrado em um único caso, tendo em vista sempre a comparação com outros, mas com foco neste mesmo

caso. Exemplos: Estudo do tratamento de uma enfermidade em um paciente. Estudo sobre a carreira de um jogador de futebol. (CORRÊA, 2018, p. 18).

A seguir, procedeu-se a aplicação de um questionário do tipo semiestruturado, aos sujeitos (professores e alunos) com o intuito de extrair destes a compreensão do que sejam relações étnico-raciais. Para Ludke e André (1986), o questionário semiestruturado é a técnica de entrevista que mais se adapta aos estudos do ambiente educacional, é a que apresenta um esquema mais livre, já que este instrumento permite mais flexibilidade no momento de entrevistar os professores, os alunos, os pais, os diretores, os coordenadores e os orientadores.

Pode-se, deste modo, constatar a existência de um longo e desafiador caminho a ser percorrido na Educação de jovens e adultos.

Os modelos de questionários semiestruturados a serem aplicados aos professores e alunos da sala trabalhada, seguem como anexos.

1.3 Caracterização da Pesquisa

Conforme Ruiz (2002, p. 48), “pesquisa é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência”. Para que a pesquisa científica seja concretizada, é necessário que se decida como a mesma será realizada e quais serão os meios para concretização do estudo, ou seja, o tipo de pesquisa mais adequado ao desenvolvimento do tema.

Para a realização dessa pesquisa, fez-se necessário inicialmente um levantamento e estudo da literatura acerca das relações étnico-raciais e da EJA, prosseguidas de consultas à internet. Então, a fim de atingir os objetivos propostos da pesquisa, a abordagem qualitativa de investigação foi assumida como opção metodológica para este trabalho, pelo fato de possibilitar uma melhor descrição do problema e permitir em maior grau de profundidade a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos. (OLIVEIRA, 1997).

Para Bicudo e Espósito (1994), a pesquisa qualitativa se reveste de um fascínio especial que representa o envolvimento do pesquisador com o ato de pesquisar, sendo também uma alternativa rigorosa que se contrapõe frontalmente à tradição da pesquisa positivista. Neste

tipo de estudo, busca os significados dos eventos pelos sujeitos, obtidos através de expressões claras sobre as percepções que têm daquilo que está sendo investigado e que são expressões descritas para o investigador pelo próprio sujeito que as percebe. Além disso, vale ressaltar que aqui se procura descrever fenômenos e não aplicá-los. Segundo Minayo (1994, p. 67):

A pesquisa qualitativa corresponde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade, pois não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesse sentido, esta pesquisa está ancorada no estudo de caso. Como modalidade de investigação o estudo de caso tem como foco de análise a descrição da real cultura de um grupo, e busca extrair os significados que emergem nas mais diferentes situações. Dito por Ludke e André (1986, p. 18,19):

Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto”. Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma compreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionados à situação específica onde ocorrem ou a problemática determinada a que estão ligadas.

Essa postura metodológica nos pareceu dar conta da complexidade embutida em nossa intenção de refletir, compreender e analisar as relações étnico-raciais na perspectiva à educação de jovens e adultos: um estudo no Ciclo 05 C da EJA – UFPB.

1.3.1 SUJEITOS DA PESQUISA

Considerando o objeto que procuramos estudar, preferimos a pesquisa qualitativa e também de alguns instrumentos de pesquisa, como levantamento bibliográfico sobre o tema das relações étnico-raciais nas salas da EJA, como também de uma pesquisa documental sobre o processo de implementação da Lei 10.639/03, objetivando aproximar a teoria da prática ao realizar uma reflexão/análise dos dados obtidos, visita a sala do Ciclo 05 C de EJA na UFPB, aplicação de entrevistas semiestruturadas e análise dos dados. A amostra de nossa pesquisa constitui-se de 03 professores (as) das disciplinas de Português, Matemática e

História e 19 alunos (as) da EJA do Ciclo 05 C da UFPB. Essa amostra na realidade é uma parte do grupo. Na expressão de Davidoff (2002, p.21):

Inevitavelmente, os investigadores escolhem amostras, porções da população para estudo [...] tentam escolher um grupo de indivíduos que reflita toda a população de interesse.

Logo, a amostra é um subconjunto de indivíduos da população alvo (Sala do Ciclo 05 C da EJA na UFPB).

1.3.2 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A observação e o questionário semiestruturado (perguntas abertas e fechadas) foram utilizados como instrumentos para coleta de dados. A observação pela observação justifica-se pelo fato de permitir o pesquisador captar em tempo real os fatos, acontecimentos, comportamentos e atitudes dos sujeitos. Vale salientar que essas observações foram registradas no diário de campo, para posteriormente, esses dados serem interpretados. Como afirmam Ludke e André (1986, p.2):

Na medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e as suas próprias ações.

Pensando em delimitar melhor o foco principal de nossa investigação, tentando tratar de questões específicas acerca do que se compreende por relações étnico-raciais na perspectiva à educação de jovens e adultos: um estudo no Ciclo 05 C da EJA na UFPB, constatamos que o questionário foi de grande valia nesta sistematização. Gil diz que o questionário é uma:

[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas [...].

1.3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada à luz da nossa fundamentação teórica. Segundo Minayo (1994, p.69), a fase e análise das informações têm por objetivo:

[...] estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando com o contexto cultural da qual faz parte.

Assim sendo, tentamos seguir nessa etapa algumas orientações propostas pela mesma autora, como: ordenação dos dados, interpretação dos questionários aplicados e a análise final, relacionando os dados aos referenciais teóricos da pesquisa, procurando elucidar a pergunta de investigação.

Na visão de Bardin (2010, p.280), a análise de conteúdo é dividida em várias fases assim como: Organização da análise, codificação, categorização, tratamento dos resultados e inferência com a interpretação dos resultados. O início dessa fase se caracteriza pela organização do material para que se torne útil à pesquisa. Durante as aplicações das fases, se apresentam as várias etapas aqui descritas, finalizando com a interpretação dos resultados, sendo nessa fase os resultados tratados de maneira a serem significativos e válidos.

2 TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1 TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DA EJA NO BRASIL

Pensar na Educação de Jovens e adultos (EJA) é compreender que a mesma é um campo no qual estão inseridas práticas e reflexões que de forma inevitável ultrapassam limites de escolarização, pois ela envolve processos formativos que vão desde a qualificação para o mercado de trabalho, quanto à formação cultural que ocorrem fora dos espaços formais da educação.

No Brasil, a menção à necessidade da EJA aparece na década de 1930, no entanto, é a partir dos anos 40 que a mesma passa a ser tema de política educacional com a preocupação de oferecer escolarização às camadas da população que até então não tiveram a oportunidade de frequentar a escola. Ficando excluído de uma educação formal. Para isso, foram tomadas várias iniciativas a nível estadual e local, porém a nível nacional Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p.2) dizem que:

A criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Jovens e Adultos e da Companhia de Jovens e Adultos, ambos em 1947, Companhia de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

Nota-se, que a preocupação governista era a de criar uma proposta de educação com a finalidade de atingir grandes contingentes populacionais, assim como manter certa ordem na sociedade. Segundo Paiva (1972, p. 179):

Seu fundamentalismo político, ligado à ampliação das bases eleitorais se acompanhavam das ideias de “integração” como justificação social e de “incremento da produção” como justificação econômica. Era preciso impedir a desintegração social, lutar pela paz social e promover a utilização ótima das energias populares através da recuperação da população analfabeta que ficará à margem do processo de desenvolvimento do país.

As Campanhas de certa forma não alcançaram as exigências de certos educadores, eles apenas alfabetizaram e semialfabetizaram, (no sentido de saber ler e escrever, ou melhor,

desenhar o nome) um número significativo de eleitores. De acordo com Scoccuglia (2000, p. 45):

Na esteira da aplicação de um método (eficaz e rápido) e alfabetizar adultos, estariam também propiciadas as condições especificamente pedagógicas para formar milhões de eleitores “conscientes da realidade nacional” [...] Era, enquanto ao projeto, a revolução pela educação e pelas urnas.

Em 1947 criada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos que apresentou duas etapas distintas. A primeira (1947 a 1950) marcou as principais conquistas do movimento, criou um órgão do ensino supletivo em todas as unidades da federação, estendeu a Educação de adulto a todo o Brasil, entre outras. A segunda (1950 a 1954) deu continuidade às atividades, porém com algumas lacunas. Essa campanha entra em declínio após 1954, sendo extinta em 1963. Entretanto, essa campanha não produziu nenhuma proposta específica e eficaz para a alfabetização de Adultos.

No mesmo ano, sob o apoio do Ministério de Educação, realizou-se o I Congresso Nacional de Educação de Adultos. Nesse congresso, foi focalizada a educação como necessária para o bom funcionamento da democracia brasileira e para o exercício de cidadania.

No ano de 1952 foi realizada a campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que tinha como principal objetivo, despertar o “espírito comunitário como se o mesmo pudesse enfrentar e solucionar os problemas dos trabalhadores rurais”.

Já em 1958 foi realizado o II Congresso Tradicional da Educação de Adultos, onde é reconhecido o fracasso do programa, no que diz respeito ao projeto educativo. Como também surgiu a Campanha da Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que buscou soluções alternativas das ideias das experiências anteriores. A mesma defendia que o desenvolvimento econômico e mudança da sociedade só sero possível se os sujeitos tivessem uma formação.

As Campanhas de Educação de Jovens e Adultos³ ganharam força nessa época devido à necessidade de aumentar a produção econômica e as bases eleitorais dos partidos, pois se

³ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf.Partel.pdf>

iniciava a redemocratização do país, com o fim do Estado Novo e a integração dos migrantes rurais aos centros urbanos.

Na década de 60, cresceram as ideias de educação popular, justamente com a democratização do ensino. Estudantes e intelectuais atuaram junto a grupos populares, desenvolvendo novas perspectivas de cultura e educação, organizadas por diferentes instituições, com graus variados de ligação com o Estado. Destacaram-se: Movimento de Educação de Base (MEB) e Movimento de Cultura Popular do Recife, iniciados em 1961 e os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nos seus primórdios, a EJA era oferecida a adultos, apenas no que correspondia ao ensino primário, e a partir de 1960, é que foi estendida também no Curso Ginásial. A referência de um novo paradigma teórico e pedagógico foi dada pelo Educador Paulo Freire, que teve um papel fundamental no desenvolvimento da EJA no Brasil, destacando a importância da participação do povo na vida pública nacional. Por meio da educação popular, organizou-se um trabalho que levasse em conta a realidade dos alunos com renovação de métodos e processos educativos.

Em 1962, implantou-se o Programa Nacional de Erradicação contra o Analfabetismo (MNCA), criado com fins e complementar as campanhas já existentes as quais se encontravam em fase de estagnação.

Surge o Programa de Emergência, em 1963, objetivando melhoras no ensino primário e na educação popular adulta. Sendo as campanhas extintas em março do mesmo ano, por não terem alcançado seus objetivos.

No ano seguinte (1964), o Governo Federal passou a apoiar e coordenar as iniciativas de Paulo Freire, com o Programa Nacional de Alfabetização de Adulto, do Ministério da Educação, pois no processo de alfabetização, os eleitores que eram oriundos das camadas populares eram desafiados a perceber as injustiças que oprimiam, despertando-os e inquietando-os a lutar por mudanças. Entretanto em abril do mesmo ano, essas ações foram suspensas pelo regime militar. Segundo Gadotti (1996, p.42):

As classes dominantes identificaram a ameaça e, obviamente, colocaram-se contra o programa, que, oficializado em 21 de janeiro de 1964, pelo Decreto nº

53.465, foi instinto pelo governo militar em 14 de abril do mesmo ano, através do decreto nº 53.886.

Muitos promotores da educação popular e da alfabetização⁴ foram reprimidos, e algumas ações educativas para jovens e adultos passaram a se caracterizar por iniciativas desenvolvidas em igrejas, associações, influenciadas pelas concepções da educação popular, com intencionalidade política.

A existência do analfabetismo, ainda no governo militar, continuou desafiando o orgulho do país, e para solucionar esse problema, o governo promoveu primeiramente a expansão da Cruzada ABC (ação de origem protestante, surgida no Recife, nos anos 60, para a educação de analfabetos), em 65 e 67.

No ano de 1967 foi organizado o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, pelo Governo Federal, todavia em 1970 foi quando se iniciou uma campanha massiva de alfabetização e de educação continuada para jovens e adultos. Na expressão de Casério:

A fim de assegurar sua hegemonia política e conseqüentemente legitimidade, o governo buscava formas de distensão social, promovendo serviços. No caso do MOBREAL, ele se torna o executor de um serviço de alfabetização em grande escala, abrangendo todos os municípios brasileiros, com a presença direta da instância federal junto à população. (CASÉRIO, 2003, p.46).

Até a década de 80, o Mobral não parou de crescer, atingindo todo o território nacional e diversificando sua atenção. Uma das iniciativas foi o Programa de Educação Integrada (PEI), que condensava o primário em poucos anos e dava a possibilidade de continuidade de estudos aos recém-alfabetizados do Mobral. Com a instituição do Ensino Supletivo, em 1971, promovido pelo MEC, ocorre a ampliação da escolaridade para a totalidade do Ensino de 1º Grau. As funções desse ensino foram redefinidas e o MEC promoveu a implantação dos Centros de Ensino Supletivo (CES) para atender aos alunos que desejassem completar os estudos fora da idade regulamentada para as séries iniciais do ensino de 1º Grau. Após 1985, houve vários programas, porém poucos apresentaram experiências inovadoras. Só em 1996 com a LDB – 9.394/96, a EJA é assegurada e destinada àqueles que não tiveram acesso ou permanência na escola na idade adequada. Segundo a LDB, Artigo 37, parágrafo 2º, “O poder

⁴ Disponível em:

https://educere.bruc.com.br//arquivo/pdf2015/17842_7676.pdf

público viabilizará e estimulará o acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementadas entre si”. (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, a EJA também tem o papel de contribuir para a formação de cidadãos democráticos, mediante o ensino dos direitos humanos, incentivar a participação social ativa e crítica, a solução pacífica de conflitos e a erradicação dos preconceitos culturais e discriminação, por meio de uma educação intercultural. Devendo ainda, promover a compreensão e a apropriação dos avanços científicos, tecnológicos e técnicos, no contexto de uma formação de qualidade.

A realização de uma proposta pedagógica que valorize a questão racial nas práticas de EJA torna-se complexa e necessária segundo Gomes (2005, p.92) por:

Ao mesmo tempo em que se diz necessária a luta pela inclusão pedagógica desta questão, reconhecer que a questão racial já está presente na EJA por meio dos sujeitos que participam das práticas educativas voltadas para jovens e adultos pobres do nosso país.

Neste contexto, a EJA⁵ tem retornado à agenda política e tem sido apontada como estratégia para fazer frente à exclusão e a desigualdade, sendo vista como uma via para construção de uma sociedade democrática, para a garantia de direitos humanos e promover o respeito às diversidades.

2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PARAÍBA

Hoje a legislação brasileira, assegura o direito a educação para todos. Apesar disso, ainda não se tem uma inclusão da EJA no financiamento regular, destinado ao ensino fundamental e médio.

Na Paraíba, com a criação da COEJA - Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos em 1990 abriu-se espaço para uma atenção mais eficiente a modalidade de ensino da EJA.

⁵ <https://home.unicruz.edu.br/wp.content/uploads/2017/03/Jefferson-Baier-PROTEJA-DO-INSTITUTO-FEDRAL-DE-EDUCACAO-CIENCIA-TECNOLOGIA-FARROUPILHA-CAMPOS-SÃO-VICENTE-DO-SUL-CONSTRUCAO-DE-IDENTIDADES-SOCIAIS-E-CULTURAIS-E-O.pdf>

Durante pesquisa, para a elaboração desse trabalho, observamos que “atualmente, estado e municípios foram convocados a assumirem, efetivamente, a EJA mapeando e reconhecendo outros atores sociais que se debruçam também, no empenho de garantir acesso à educação para todos”.

Em pesquisa feita pelo MEC em parceria com a UNESCO, foi possível conhecer os atores que desenvolvem ações alfabetizadoras destinadas às pessoas jovens, cabendo as instituições públicas uma cobertura maior dessa demanda efetiva, no estado. Vejamos abaixo os atores responsáveis pela oferta de EJA na PB: Além da rede oficial, temos: ALFASDOL, ALFALITE, Sistema S (SESI, SESC, SENAI, SENAC, RELEJA, SAL DA TERRA, Universidades, Projeto Escola Zé Peão, PRONERA, Pastoral da Criação, sindicatos, igrejas, evangélicas e católicas, escolas particulares como Pio X, Colégio Visão e etc.

Geralmente, as ações desenvolvidas pelas ONGs, pelos movimentos, projetos, sindicatos e outros, cuidam da alfabetização, enquanto as instituições públicas dão conta do ensino fundamental e médio. O sistema S - SESI E SESC, bem como algumas escolas privadas também oferecem o ensino fundamental e médio.

A Educação de Jovens e Adultos no Estado da Paraíba tem sido foco de reflexão e discussão por parte de educadores e demais atores envolvidos, através de encontros sistemáticos do Fórum Estadual e da realização do I Seminário Estadual de EJA da Paraíba – I SEJA/PB, realizado em abril do ano em curso.

A partir desses encontros foi possível descobrir a riqueza do cenário desse segmento no Estado, que a cada ano vem se expandindo no que diz respeito ao envolvimento e participação cada vez maior de instituições e setores diversos da sociedade, que desenvolvem ações fortalecendo o processo de inclusão social.

Um outro aspecto interessante observado nesses encontros é a oportunidade que os educadores têm de relatarem suas experiências cotidianas na EJA, inclusive envolvendo depoimentos dos próprios alunos.

Vale salientar que nesses encontros tem se desvelado as várias faces da Educação de Jovens e Adultos que tem sido tratada como educação de trabalhadores excluídos quando, na verdade, essa situação já não é tão real, uma vez que a sala de aula de EJA atende uma diversidade de segmentos sociais, entre eles a população idosa se faz presente.

Diante dessas questões levantadas pelos participantes é que os encontros vêm tomando uma nova dimensão no sentido de articular Grupos de Trabalho (GTs) que contemplem as

inquietações dos professores que trabalham com essa clientela. Dessa forma, destacamos algumas temáticas trabalhadas nos últimos encontros que estão presentes nas salas de EJA e enfoca a necessidade de revisão nos currículos dessa modalidade para que possa vir a atender a essa diversidade.

Podemos apresentar algumas reflexões com relação aos alunos da EJA. Em primeiro lugar citamos que, “o idoso é diferente do adolescente, que é diferente do trabalhador jovem ou adulto, que é diferente do desempregado, que é diferente da dona de casa, da doméstica, entre outras.” Com essa reflexão podemos observar que é uma categoria condicionada pela história de vida de cada indivíduo que chega a EJA caracterizando essas turmas como um lugar privilegiado de vivência intergeracional, possibilitando a troca de experiências, a consideração da diversidade de ritmos e o intercâmbio das significações que cada geração dá a vida.

Em segundo lugar, analisamos que “qualquer educação só será possível e válida se servir para produção de bens que garantam as necessidades básicas dos educandos”. Havendo a necessidade de definição de uma política que garanta a geração de renda e um currículo voltado para a capacitação profissional e que para isso, se faz necessário um repensar, recriar e reinventar uma estrutura escolar e educacional que não prescindia dos conhecimentos e realidades dos educandos.

Portanto, a EJA não pode ser pensada apenas em sala de aula, na aquisição de conteúdos de Português e Matemática, mais que isso, o currículo dessa modalidade de ensino deve contemplar o estudo e pensamento voltado para um projeto político e social que possa concretizar um autêntico processo de inclusão social.

A EJA vem crescendo no contexto sócio, econômico e cultural da Paraíba, exigindo um olhar diferenciado para a diversidade de pessoas jovens, adultas e idosas presentes nas salas de aula da EJA egressas de diferentes segmentos da sociedade, dando-lhes o direito que é de todos: ter acesso, permanência e aprendizagem significativa favorável ao exercício pleno da cidadania.

2.2.1 NOS MEANDROS DO COTIDIANO DA EJA HOJE

Na realidade das salas da EJA, encontramos inúmeras dificuldades a serem enfrentadas. A primeira é a falta de professores capacitados para trabalharem nessa área que a

cada dia vem crescendo. As próprias universidades se eximem dessa responsabilidade quando não contemplam nos seus cursos de formação de professores, disciplinas voltadas para a EJA ou cursos específicos destinados à essa área e, aí para não esquecer do alerta de Freire (1996, p.78) quando ele diz:

Especificamente humana a educação é gnosiológica, é diretiva, por isso política, é artista e moral, serve-se de meios, de técnicos, e envolvem frustrações, medos, desejos. Exigem de mim como professor uma competência geral, um saber de sua natureza e saberes especiais ligados a minha atividade docente.

Assim sendo, a consequência da falta de capacitação é a segunda, pois o professor por falta de conhecimento trabalha de forma homogênea com a turma, não respeitando as experiências e bagagens culturais usando certas vezes um autoritarismo não necessário, indo de encontro à proposta de Freire (2005, p.27) quando ele afirma:

Temos que respeitar os níveis de compreensão que os educandos – não importa quem sejam – estão tendo de sua própria realidade. Impor a eles a nossa compreensão em nome da sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminho de liberdade.

É de suma importância a heterogeneidade desse público, suas identidades, suas preocupações, necessidades, expectativas em relação à escola, suas vivências, habilidades e isso se torna essencial à constituição de novas propostas pedagógicas; percebendo-se quem é esse sujeito com o qual lidamos, contribuindo para que os conteúdos a serem trabalhados sejam significativos, sejam elementos concretos na sua formação e que venha intervir na sua realidade.

A terceira dificuldade que pontuamos é a precariedade de recursos e metodologias que os educadores da EJA usam e dispõem. Na realidade do espaço escolar é comum a aula expositiva, onde os professores só fazem uso do quadro, tornando a aula cansativa e desmotivadora (pois os alunos que a frequentam em sua maioria são trabalhadores) levando-os a desistirem de estudar.

Para reverter essa situação, é necessário que o professor busque materiais de apoio, adaptando-a a realidade do aluno e planeje as atividades dos alunos ajustando-as ao seu nível de desenvolvimento e a seus interesses, que desenvolva um trabalho pautado num aporte teórico já que todo processo educativo requer reflexão sobre sua ação.

Na EJA estamos trabalhando com alunos que pela impossibilidade de acesso à escola ou por evasão, via de regra, decorrente de múltiplas repetências, foram excluídos do processo educacional. Muitos apresentam, portanto, desagradáveis lembranças do tempo de escola, quando vivenciaram a avaliação classificatória e sentenciativa, que serviu apenas para reafirmar sua incapacidade de aprender, levando muitos a crer realmente, que não possuíam cabeça para estudar.

Retornar à escola, colocar os pés nela já adultos, se em alguns casos ir pela primeira vez, exige muita coragem, para isso é de fundamental importância um ambiente de confiança e incentivo. De acordo com Rocha et al (2002, p.8):

Considerando a própria realidade dos educandos, o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando neles interesse e entusiasmo, abrindo-lhes um maior campo para o atingimento do conhecimento. O jovem e o adulto querem ver a aplicação imediata do que estão aprendendo e, ao mesmo tempo, precisam ser estimulados para resgatarem a sua autoestima, pois sua “ignorância” lhes trará ansiedade, angústia e “complexo de inferioridade”. Esses jovens e adultos são tão capazes como uma criança, exigindo somente mais técnica e metodologia eficientes para esse tipo de modalidade.

Este é o maior de todos os desafios da EJA: trabalhar de forma satisfatória para todos os educandos motivando-os e incentivando-os a permanecerem na escola, não desprezando ou esquecendo do nosso principal objetivo, que é formar cidadãos cômicos de seus direitos e deveres.

2.2.2 PERFIL DOS ALUNOS DA EJA

A EJA é uma modalidade específica da educação básica, que se propõe a oferecer ensino a jovens e adultos que não frequentaram a escola, ou não permaneceram na mesma por inúmeras razões, entre elas: oferta irregular do número de vagas seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis, ou seja, frutos de desajustes socioeconômicos.

Em geral, os sujeitos da EJA são: homens e mulheres, trabalhadores(as), ou desempregados(as), inclusive os que buscam o primeiro emprego, moradores urbanos de

periferias, favelas e vilas, negros e pobres. Vistos como sujeitos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, tais desajustes comprometem sua participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura, vivendo trabalhando em ocupações não qualificadas (trabalhadores autônomos e informais, empregados domésticos, pedreiro, servente, zeladores, entre outros), trabalhadores esses que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar no qual pertencem.

Esses sujeitos trazem em si a marca da exclusão social, porém são sujeitos do presente e do futuro, excluídos do sistema de ensino que apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a múltiplas repetências e interrupções na vida escolar; muitas vezes em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou por falta de escolas.

Segundo Arroyo (2001), necessário se faz que os professores das salas de EJA, trabalhem essa realidade de opressão e exclusão em forma de conteúdos, conhecimentos e saberes sociais; proporcionando-lhes não apenas o simples direito de prosseguir em séries, de ser aprovados em concursos, mas de possibilitar-lhes uma formação para a vida em sua totalidade, na luta pela garantia de todos os seus direitos, constitucionalmente expressos.

2.3 Relações Étnico-Raciais No Espaço De Jovens E Adultos

Sendo o contexto educacional formado por brasileiros mistificados, o processo educacional se tornou de forma desigual para diferentes categorias (índios, mulheres, crianças, trabalhadores), não sendo diferente para o negro.

Considerando-se algumas conquistas por parte dos movimentos sociais ou movimentos negros, ainda assim, seus direitos e a sua condição de ser cidadão são negados. É evidente a precariedade das relações humanas nos espaços escolares no Brasil, principalmente no segmento étnico (negro).

É a partir do convívio escolar que o indivíduo inicia a sua cidadania, convivendo na sociedade, O espaço escolar deve oportunizar e promover a cidadania tornando-se um centro

de debates dos negros. Segundo Pereira (2005), necessário se faz oportunizar possibilidades, iniciativas educacionais, enfatizando a solidariedade, a justiça e a qualidade.

É papel da escola qualificar, estimular, desafiar e acima de tudo valorizar as experiências que cada um trás consigo, respeitando as diferenças, trabalhando para a formação de uma sociedade justa.

Educar significa dentre outros aspectos, reconhecer a realidade exterior ao ambiente escolar. Significa admitir que os modelos econômico e social aos quais estamos atrelados interferem nas concepções de homem e de mundo e nas relações interpessoais. Portanto, a prática docente precisa trazer em seu bojo inúmeras questões não só de ordem metodológica, mas antes disso, questões ideológicas e psicossociais.

Nesse caso, a identificação de práticas de discriminação racial no contexto da escola representa a necessidade de uma análise ampla da questão e a urgência em desvelar o discurso pedagógico que mesmo indicando a linha e igualdade sustenta ações que lhe são contraditórias. Essa abordagem, por ser diferenciada, vem contribuir para a identificação de formas pejorativas de construção das imagens e autoimagens de negros e negras, o que certamente exerce influência nas formas de relacionamento interpessoal e intergrupar.

Nas salas de EJA, é comum a ausência de reflexões sobre a questão racial. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação subsidiam a orientação eurocêntrica da educação brasileira e impedem que os seres humanos se formem em sua plenitude, livres de preconceitos e estereótipos.

Quando se é trabalhado mesmo de maneira tímida, a questão racial serve “como um elemento para inferiorização daquele/a aluno/a identificado/a como negro/a”, (BRASIL, 2006, p.22), transmitindo aos alunos que a raça branca é superior as demais.

De acordo com o documento elaborado pelo ministério da educação, é necessário que o professor não se silencie as questões relacionadas ao racismo, todavia:

É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combater-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito. Nesse ponto, deparamo-nos com a obrigação do Ministério da Educação de implementar medidas que visem o combate ao racismo e a

estruturação de projeto pedagógico que valorize o pertencimento racial dos (as) alunos (as) negros (as). (BRASIL, 2006, p.23).

É perceptível, ainda que camuflados, o preconceito racial⁶ entre colegas, professores e alunos, através de valores morais que são explicitados nos olhares, gestos, palavras, aproximações e repulsas de afetos, apreciações e repreensões de condutas, legitimações e indiferenças em relação às atitudes, escolhas, decisões e preferências. Esses alunos negros e mestiços são submetidos dessa forma a uma violência simbólica em suas experiências escolares.

Vale salientar que antes de qualquer posição que o professor venha tomar, tenha se apropriado a que se refere à lei n 10.639/03 relacionada com a história a cultura africana e afro-brasileira e com a temática étnico-racial, visando incluí-la não apenas como tema transversal, mas como uma discussão, problematização e vivências.

O professor deve nutrir relações, diálogos e convivências com os alunos favorecendo uma estreita interação entre os mesmos, possibilitando aos estudantes responsabilidades sobre os espaços escolares; como também o educador deverá colocar os alunos da EJA como sendo centro de todos os processos, abrindo espaços para a participação dos mesmos, valorizando sempre o saber dos estudantes.

O ideal é que todo educador tenha em mente a importância de propiciar ao seu aluno um ambiente que priorize e estimule o respeito à diversidade, ajudando a formar cidadãos mais educados e respeitosos, que se preocupam com os outros, possuindo o espírito de coletividade.

Para isso, os projetos educativos devem orientar-se pelas necessidades básicas de aprendizagem nos grupos atendidos pelas demandas, advindas de diferentes âmbitos do convívio social e por diferentes usos sociais da leitura e da escrita.

Talvez tais práticas aconteçam porque a educação brasileira ainda esteja enveredando, por uma teoria eurocêntrica em que a cultura do homem branco e letrado, seja mais considerada em detrimento da cultura de matriz africana. Isso ainda pode ocorrer por não estar claro que etnia/raça é social e culturalmente construída.

⁶ <http://www.educacaoliteratura.com.br/index%20153.htm>

2.4 RAÇA/ETNIA

A questão étnico-racial⁷ parece-nos um desafio do presente, mas trata-se de algo que existe desde muito tempo.

Ao lado de outros dilemas também fundamentais como as guerras religiosas, a questão de gênero, a questão das classes sociais, a questão revela-se um desafio permanente tanto para indivíduos e coletividades como para cientistas sociais, filósofos e artistas, todos estão sujeitos com frequência serem desafiados a viver situações e/ou interpretá-las sem alcançar explicação ou mesmo resolver.

Mais do que tudo isso, a questão étnico-racial revela de forma particularmente evidente, nuançada e estridente, como funciona a fábrica da sociedade que forma indivíduos diversos e desiguais, cooperadores e hierarquizados, dominadores e alienados.

A palavra etnia⁸ é usada muitas vezes erroneamente como um eufemismo para raça, ou como um sinônimo para grupo minoritário. Embora muitas vezes os dois conceitos estejam associados, a diferença entre ambos reside no fato de que etnia compreende os fatores culturais, como a nacionalidade, a afiliação tribal, a religião, a língua e as tradições, enquanto raça compreende apenas os fatores morfológicos, como cor de pele, constituição física, estatura, traço facial, etc. Segundo Costa e Neto (2007, p.1):

Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.

O termo raça⁹ é utilizado frequentemente nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, etc.,

⁷ Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex+&pid=SO103-40142004000100003

⁸ Disponível em:

<http://profisabelaguiar.blogspot.com/2010/05/etnias.html>

⁹ Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/47076348/discursivas-relacoes-etnico-raciais-no-brasil/4>

influenciam, interferem e até mesmo determinam o desafio e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.

O racismo¹⁰ é uma questão estudada por vários pesquisadores, os quais afirmam que o racismo é um comportamento social que está presente na história da humanidade e que se expressa de várias formas em diferentes contextos e sociedades. Ele é manifestado ou visto como um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como absoluta, única e verdadeira.

A discriminação racial¹¹ pode ser considerada como prática de racismo e a efetivação do preconceito; podem ser originadas de outros processos sociais, políticos e psicológicos que vão além do preconceito desenvolvido pelo indivíduo. De acordo com Santos (2004, p.1):

Racismo é a doutrina ou o ideário que atribui inferioridade ou superioridade biológica e cultural a determinados grupos sociais, especialmente em função do fenótipo e/ou cor/raça destes grupos, proporcionando assim o surgimento de crenças, atitudes e práticas que têm como resultado discriminação e desigualdades raciais. [...] Por fim, acreditamos que ainda se faz necessário definirmos o que é discriminação e, conseqüentemente, preconceito. Estes termos apresentam semelhanças entre si, pois partem de ideias, sentimentos e atitudes negativas com relação a um grupo social e positivas com relação a outro grupo social (geralmente o grupo discriminador). Porém a discriminação presume a ação de um grupo social ou indivíduo contra outro grupo social ou indivíduo. O preconceito pressupõe crenças prévias sobre as capacidades intelectual, física, moral, entre outras, dos indivíduos ou grupos sociais, sem levar em conta fatos que contestam estas crenças pré-concebidas. Assim, como o preconceito é um sentimento interior, ele pode estar presente nos indivíduos sem necessariamente se transformar em ato/ação de discriminação.

¹⁰ Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/42857567/texto-racismo/5>

¹¹ Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO102-46982014000100007

2.5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O CURRÍCULO DA EJA PARA CONVIVÊNCIA DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS

Na realidade de nossas escolas, as práticas pedagógicas na sala de EJA se dão com o objetivo que os educandos codifiquem e decodifiquem palavras, distanciando-se da principal proposta da EJA que é formar cidadãos para exercerem o seu papel na sociedade, independente de cor, sexo e situação sócio-econômica.

Os conteúdos não são trabalhados de acordo com a realidade dos alunos, mas com a intenção de cumprir um programa pré-estabelecido.

Alguns educadores colocam como principal dificuldade a falta de motivação dos seus alunos, a ausência de materiais específicos para a questão salarial, a falta de apoio por parte dos supervisores e gestores, entre outros.

O planejamento parece não ser flexível, pois não abre espaço para diálogos e discussões ou temas advindos de alunos que “fogem” do conteúdo em que foi pensado para ser trabalhado naquele período. É comum apenas a aula expositiva onde o professor considera-se detentor do saber, desmotivando dessa forma o interesse do aluno, que se sente excluído sem ter direito de expressar suas opiniões, que muitas vezes são trazidas do seu conhecimento prévio, os quais deixam de ser considerados.

Por esses motivos, é necessário o interesse dos educadores na superação desses e de outros problemas, a partir da busca de materiais alternativos, proposição de atividades que possam levar os alunos a temas interdisciplinares de sua realidade social.

Há também que se considerar a dificuldade no que se refere ao livro didático, pois a abordagem sobre as questões étnico raciais nos livros didáticos em circulação no Brasil, é superficial. O livro reafirma estereótipo e não há destaque para o negro, desvirtuando a abordagem da questão da negritude, a partir da ilusão de que não expressa preconceito. De acordo com Silva: (2004, p.1):

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros são descritos pela cor da pele ou pelo gênero. Para registrar sua existência.

Nos livros de história, o negro é concebido como escravo que desobedecia as ordens dos seus senhores, lembrando apenas de maneira superficial a história de Zumbi dos Palmares, trabalhando ainda sobre as datas comemorativas, como por exemplo, o dia 19 de abril, onde os educadores fantasiam as crianças, pintando seus rostos, onde desenvolvem uma série de estereótipos sobre os indígenas. Sabendo serem várias as etnias que compõem a população indígena no Brasil, não se caracteriza dizer que participam de uma mesma cultura, visto que cada etnia possui cultura diferenciada.

Vale salientar que os livros didáticos não se preocupam em propor atividades que se trabalhe com a história local e os contos africanos, indígenas, etc.

Outro ponto a ser discutido nas práticas da EJA, é a falta de capacitação dos profissionais da educação, centrada na reflexão das desigualdades raciais. Geralmente os educadores da EJA são profissionais despreparados, remanejados por estarem fora de salas de aula, muitos deles por precisarem complementar suas rendas e quando em outros casos, não se identificam ao ensino na Educação Infantil e séries iniciais do fundamental I.

É importante que os educadores antes de desenvolverem suas práticas, avaliem seu papel na sociedade em que são inseridos, buscando uma formação específica na área em que vão atuar. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2004, p.1):

Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e de deveres, valorização profissional. Tradicionalmente a formação dos educadores brasileiros não contemplou essa dimensão.

Além das outras dificuldades elencadas no decorrer do texto, ainda mencionamos ser o Currículo a principal dificuldade para se trabalhar a questão étnico-racial em salas de EJA. Segundo Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 13), aos currículos de Jovens e Adultos, necessitam ser incorporados determinados temas:

Quatro temas relacionados às mudanças societárias operadas nesta transição de milênios parece-nos muito relevantes para o currículo do ensino fundamental para jovens e adultos: meios de informação e comunicação; diversidade étnico-racial e multiculturalismo, meio ambiente e qualidade de vida; relações sociais de gênero e direitos da mulher.

Esses temas são desafios a serem enfrentados para que professores das classes da EJA sejam esclarecidos e possam ser fonte de referência como mediadores de relações sociais.

Segundo Rocha (2004, p.1):

É necessário que os educadores assumam o compromisso com a perspectiva multicultural da educação. Ultrapassar os limites de ações pontuais para fazer com que no cotidiano das escolas, as políticas educacionais de combate a racismo façam parte da discussão sobre Reorientação Curricular, (re) construção do Projeto Político Pedagógico e a Formação Permanente dos educadores.

Na elaboração do Currículo, é imprescindível que se adotem critérios visto que muitos currículos escolares continuam omitindo informações sobre a presença e participação dos negros na história do Brasil, tendo em vista os alunos pardos ou negros ainda serem os que possuem os mais baixos rendimentos escolares. Observamos que no cotidiano escolar há pouca atenção à valorização dos negros no currículo. Os trabalhos propostos na escola resumem-se a comemoração de 13 de maio (abolição de escravatura), 20 de novembro (dia da consciência negra); onde é passada uma imagem negativa com falta de prestígio social e histórico acerca do negro.

Outras raças ou etnias vão estar presentes na escola por ocasião de eventos como a Copa do Mundo, as Olimpíadas e outros; a escola, portanto, reproduz uma discriminação já existente na sociedade.

Assemelha-se então, que a temática das relações étnico-raciais, estejam contidas nos currículos, evitando-se práticas esporádicas em determinadas fases do ano (abril, maio, agosto e novembro). As que esse tema esteja inserido na Proposta Pedagógica da escola, visando o respeito à diversidade.

2.5.1 A LEI 10.639/03 E SUAS PRÁTICAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Como nos garante a Constituição Brasileira, em seu art. 205, capítulo III, a educação é para todos, entretanto, em certos momentos as práticas educativas desenvolvidas nas salas de aulas não condizem com a teoria. Na realidade, acabam sendo as mais discriminatórias.

Com a publicação da Lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, o Conselho Nacional de Educação instituiu as “Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais

e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, serem executadas pelos estabelecimentos de ensino, dentro de suas jurisdições, orientar e promover a formação de professores (as) e supervisionar o cumprimento das diretrizes.

A Lei nº 10.639/03 torna obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, nos currículos das escolas públicas e privadas nas várias modalidades de ensino, como descrita a seguir:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 196, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 26-A, 79-A e 79-B:” Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **Caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003).

Sendo a mesma complementada pela Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

Com a implementação desta lei, além da “História e Cultura Afro-brasileira” deve inserir também a cultura indígena, conforme descrito a seguir:

Art. 1º O Art. 26-A da Lei nº 394, de 20 de dezembro de 196, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Lei 11.645 de 10 de março de 2008).

De acordo com as leis supracitadas, vários conteúdos deveriam ser trabalhados de forma que fossem identificadas as contribuições sociais, políticas e econômicas que o povo negro e indígena trouxe para a história do Brasil.

É notória a escassez de materiais didáticos que tratem destas temáticas com bastante clareza, dificultando assim a colocação dessa lei em prática no espaço escolar. Além da falta de materiais específicos, também temos que enfrentar o problema da falta de capacitação dos profissionais inseridos no campo educacional, fazendo-se necessário que os mesmos permaneçam em constante processo de formação, buscando estar inteirados das questões emergentes do seu cotidiano. Segundo Gomes (2008, p. 142-143):

Ainda encontramos muitos (as) educadores (as) que pensam que discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação, que é um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. [...] e trabalhar com estas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como estes processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar.

Vale ressaltar a importância de que se possam conhecer esses problemas e combatê-los no espaço escolar, promovendo leituras e debates acerca de etnia/raça, racismo e diversidade cultural para que haja respeito mútuo, o reconhecimento das diferenças, o direito de se falar sem medo sobre estas, receio ou preconceito, visto que a Constituição Federal defende como competência da União, dos Estados e dos Municípios a promoção do acesso à cultura, à educação e da ciência

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apresentamos aqui a análise dos dados obtidos na pesquisa através dos instrumentos aplicados, já descritos anteriormente na metodologia. Inicialmente, tratamos das questões referentes ao cerne de nossa pesquisa – relações étnico-raciais. Em seguida, tentamos descrever o que conseguimos captar através da observação e a nossa contribuição à sala da EJA – Ciclo 05 “C” da UFPB. Vale salientar que o que foi observado foi registrado no diário de campo. Este se tornou um recurso indispensável e muito valioso para nossas anotações, reflexões e, sem dúvida, para este momento de repensar e compartilhar o vivido no chão daquela sala, enquanto lá estivemos.

Então, a fim de colhermos dados que pudessem nos revelar a ação e o olhar dos professores concernente às relações étnico-raciais na perspectiva à educação de Jovens e Adultos: Um estudo do Ciclo 05 “C” da UFPB, onde iniciamos com o questionário.

Qual a sua concepção sobre o racismo?

Obtivemos as seguintes respostas:

- ❖ Falta de respeito com o próximo, precisamos ver a diferença racial como algo igualitário, sem superioridade ou inferioridade, apenas “iguais”. Sem concepção do que realmente é amar o próximo;
- ❖ Injustificável considerando que todos somos humanos, nada divide cor, gênero, fator econômico, entre outros, é motivo para o racismo;
- ❖ É um preconceito passado por uma população.

De posse das respostas dadas pelos professores, é possível perceber a falta de entendimento das mesmas em relação à questão, comparando aqui a questão racial com a questão social. Segundo Aranha e Martins (1992) o racismo é uma forma de hierarquia, que separa inferiores e superiores, isso aponta a necessidade urgente dos professores em atualizar seus conhecimentos, principalmente aqueles que precisam ser discutidos e trabalhados em sala de aula evidentemente essenciais na formação do sujeito cidadão, como as relações étnico-raciais.

A outra pergunta foi:

Qual o seu posicionamento diante de situações de preconceitos presenciados em sala de aula?

- Sou contra a qualquer forma de discriminação, não só racial, como cultural, religiosa, etc.;
- Esclarecer de forma com que todos possam fazer uma reflexão sobre a fala em debate “racismo”.
- Já presenciei situações de preconceito em minhas práticas pedagógicas, mas apenas converso com a turma, fazendo valer a igualdade social.

Na questão seguinte (pergunta fechada) perguntamos:

- ❖ Na sua sala de aula há debates sobre os temas: racismo, preconceito e discriminação?

() Sim

() Não

(X) Às vezes

Essa resposta aponta uma prática pedagógica desarticulada como o que é proposto pelas Leis nº 10.633 e 11.645/08, quando estas dizem que temas como: racismo, preconceito e discriminação precisam ser inseridos nos currículos das instituições de ensino, que sejam elas públicas ou privadas, a fim de combater essas práticas excludentes.

Na questão seguinte indagamos:

- ❖ No que se refere ao planejamento, são inseridos conteúdos multidisciplinares que evidenciam a diversidade cultural?

() Sim

() Não

(X) Às vezes

Aqui é possível depreender a ausência de uma prática e organização institucional quanto ao planejamento pedagógico, quando se sabe de sua importância e contribuição no trabalho docente. Segundo Luck (1981, p. 31), “os fundamentos, ideais e princípios comuns, claramente entendidos e aceitos por todos, estabelecem fio integrador de ações específicas e garantem a sua articulação e interligação”. Assim, se torna necessário que toda equipe escolar se integre a fim de garantir uma educação de qualidade.

A outra questão foi:

Na sua prática pedagógica, já houve situações de preconceitos por você presenciados em sua sala de aula?

Sim

Não

Às vezes.

A fala da entrevistada revela que o preconceito se faz presente em todos os espaços sociais, infelizmente até na escola, e esta como “**locus**” privilegiado da construção do saber, de crenças e valores, então, cabem-lhe trabalhar numa perspectiva realmente educativa, ou seja, a escola precisa construir projetos que envolva temas urgentes que colabore para o desenvolvimento da formação do sujeito cidadão. Não pode jamais deixar que o problema se instale para posicionar-se apenas como “apagadora de incêndio”. Esse é o trabalho cotidiano que precisa de objetivos claros e definidos a que se destina.

Em seguida perguntamos:

- ❖ Você tem conhecimento da Lei nº 10.639/2003, que trata da inclusão da História da Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares?

Sim

Não

Vale salientar que o professor entrevistado, hesitou responder que não tinha conhecimento da lei, por temer a opinião aos outros. Diante de sua resposta, nota-se que se

torna difícil ministrar aulas sobre essa temática para seus alunos, visto que a falta de informação por parte da mesma dificulta seu papel de formadora de cidadãos cômicos de seus direitos e deveres.

Daf interrogamos:

- ❖ A escola já se encarregou de promover alguns eventos incluindo o negro nas suas atividades?

() Sim

(X) ainda não houve

Nesse caso a escola espera por que e por quem? Será que seus profissionais estão cientes da nobre função/papel social da instituição? Ao que tudo indica esse é um posicionamento merecedor de uma reflexão profunda. Quando o mundo hoje defende uma educação inclusiva, diz justamente que todos os alunos indistintamente de sua cor, raça, crença, fé, religião, condição sócio-econômica, necessidades especiais, etc., sejam colhidos. Logo, seu reconhecimento se faz na valorização de suas particularidades, necessidades e realidades de cada um, visando à igualdade de direitos.

Em seguida questionamos:

- ❖ Você vê a política de cotas para negros nas universidades públicas como instrumento importante para a inclusão sócio racial?

() Sim

(X) Não

Sabemos que esse é um assunto ainda muito polêmico nos vários segmentos da esfera social de nosso país. Defendido e aplaudido por uns, criticados por outros. Diante da trágica história do negro no Brasil, excluído de todos os bens sociais, inclusive a educação. Então, a política de cotas para negros nas universidades públicas, surge justamente como uma forma de garantir-lhes o ingresso no ensino do 3º grau, já que é ínfimo o número de negros graduados, logo, tal medida parece ser um importante instrumento de inclusão sócio-racial.

Vale salientar que essa medida é algo em curto prazo, porém o importante é investir em uma educação de qualidade a partir da educação infantil.

Finalizando perguntamos:

❖ Você já assistiu algum debate sobre os afro-brasileiros?

()

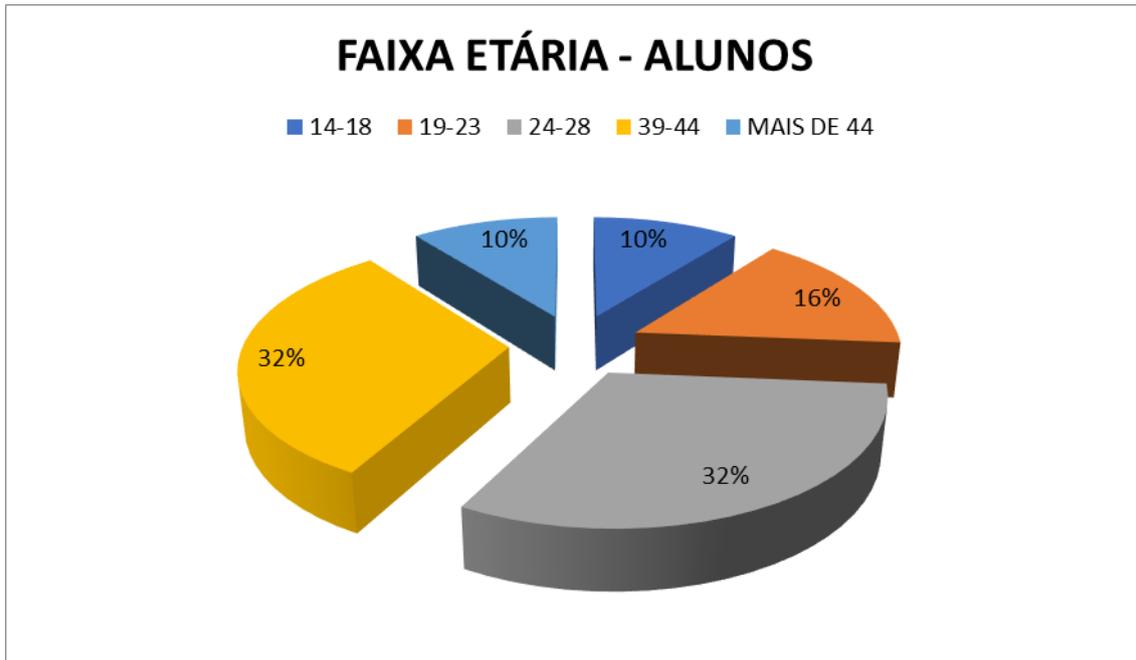
(X) Não

Com isso, percebemos a importância e a necessidade da escola em promover debates, palestras ou proporcionar capacitação neste campo, a fim de que os professores, e principalmente os da EJA, possam dispor de conhecimentos e informação, visando assim o desenvolvimento de uma excelente e competente prática educativa. Cabe aqui destacar que essa responsabilidade não compete apenas à escola. Na expressão de Freire (2001) todo professor precisa ser também um pesquisador. Dessa forma o processo de busca, o desejo de mudança e o compromisso com os alunos, de fato, diz respeito a todos que fazem educação, ou seja, gestores, supervisores, orientadores, enfim, todos aqueles que fazem parte do processo educativo.

Como colocamos anteriormente, os sujeitos desta pesquisa foram: 03 professores e 19 alunos de uma sala de aula de EJA do Ciclo 05 “C” da UFPB. Então, aqui temos a contribuição da fala dos alunos da EJA acerca de seu entendimento sobre as relações étnico-raciais, demonstrada no gráfico I, retrata a faixa etária dos alunos.

Um breve perfil sócio demográfico e assim, a questão 01, demonstrada no gráfico I abaixo, retrata a faixa etária dos alunos.

GRÁFICO I

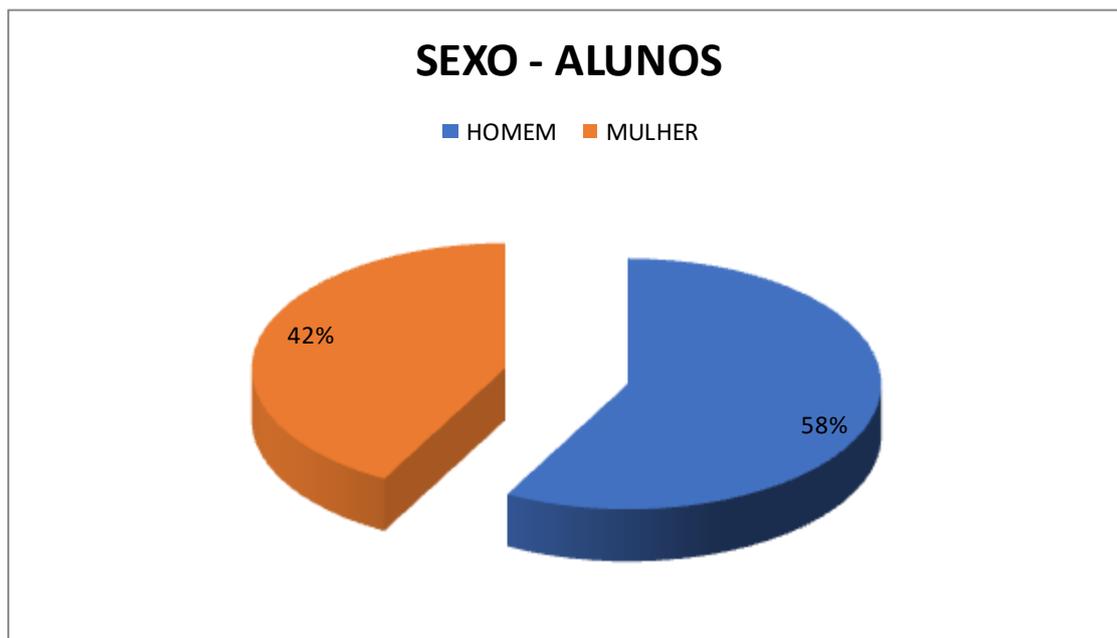


Fonte: Autoria Própria

Desse modo, verificamos que a maioria (64%) dos sujeitos pesquisados aparece nas faixas dos 24 a 29 anos, considerados jovens e na faixa dos 39 aos 44 anos e acima dessa idade, considerados adultos. Logo essa sala de EJA é constituída por adolescentes, jovens e adultos.

No gráfico II, mostra o gênero a que pertence os alunos.

GRÁFICO II



Fonte: Autoria Própria

É possível perceber que do total (19) dos pesquisados, apenas 42% pertencem ao sexo feminino, sendo a maioria do sexo masculino, ou seja, o sexo masculino é predominante na sala do 5º Ciclo C da sala de EJA da UFPB. Apesar das inúmeras atividades que as mulheres desenvolvem, pesquisas apontam que elas são muito esforçadas e comprometidas com o próprio crescimento, com o desejo de aprender e transformar a realidade que as cercam, ou seja, ampliar suas experiências em um campo mais amplo, que atividades domésticas. Atualmente, as mulheres dividem responsabilidades e despesas, dividindo o tempo entre a vida pessoal e profissional.

Então, as questões seguintes tratam das relações étnico-raciais. Portanto, na terceira questão, perguntamos:

➤ O que você entende sobre racismo?

São atitudes que não podem ser admitidas, ainda mais no país em que vivemos, pois isto pode gerar exclusão entre a sociedade (A 01);

Falta de respeito (A 02);

É uma desigualdade social (A 03);

É uma coisa muito errada (A 04);

Acepção com pessoas de cor seja branco, negrinho, índio (A 05);

Não aceitar a cor de alguém negra (A 06);

Não aceitar as pessoas de cor (A 07);

O racismo não deveria acontecer (A 08);

Não deveria ter pessoas ainda racistas no nosso país porque somos um país totalmente misto (A 09);

Boa parte da sociedade não aceita e não respeita cor da pele e cultura (A 10).

Os demais alunos tiveram respostas semelhantes, por esse motivo não foram computados.

É evidente que a fala dos alunos demonstra equívocos e confusão no entendimento a cerca do que seja racismo. Parece ser uma expressão pouco usada em seus contextos sócio-familiares, escola, trabalho, comunidade, etc., ou talvez desconhecida totalmente. Isso aponta

a grande lacuna da escola e de suas práticas pedagógicas. Como é que um tema dessa relevância não é debatido e discutido numa sala de aula de EJA? Que concepção de educação e cidadania tem a escola? Aqui é obvio o desconhecimento e o descaso com o que diz a própria CF/1998 em seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, muito longe ainda está esta sala de aula da EJA em fazer valer o que é proclamado em lei, sua preocupação e compromisso não contemplam o aluno como primado de sua ação, por não corroborar para o desenvolvimento pleno de sua pessoa, não prepará-lo para o exercício pleno da cidadania, conseqüentemente, nenhuma qualificação para o trabalho. Na expressão de Freire (1983), esse aluno é visto como mero objeto, não um sujeito socio-histórico-cultural, pensante, questionador, crítico e reflexivo diante do mundo.

Iniciamos a entrevista com esta questão:

- Você já sofreu algum tipo de racismo, preconceito ou discriminação? Do total de entrevistado 37% respondeu que sim e a maioria 63 %, afirmou que não.

GRÁFICO III



Fonte: Autoria Própria

Onde? Entre os que responderam podemos ver:

- Rua: 02;
- Família: 02;
- Escola: 04;
- Supermercado: 01;
- Trabalho: 02;
- Ônibus: 01;
- Outros ambientes: 02

Diante desses dados percebemos que os alunos de certa forma precisam ser orientados e conscientizados quanto a essa temática, para que possam ter o domínio quando for o caso, falar sobre atitudes de exclusão. Isso será possível na prática de debates em sala de aula e nos mais variados espaços da sociedade em que os mesmos estão inseridos.

Tentando aprofundar os questionários e a reflexão sobre as relações étnico-raciais, perguntamos:

- Você já presenciou em sala de aula algum tipo de racismo, preconceito ou discriminação com algum de seus colegas?

As respostas encontram-se apresentadas no gráfico IV para uma melhor visualização nossa.

GRÁFICO IV



Fonte: Autoria Própria

Observando as interpretações diante das respostas, dos entrevistados, podemos confirmar que as práticas/attitudes preconceituosas vividas no seio de nossa sociedade e a escola como parte dessa estrutura maior não está isenta dessa realidade que machuca e dói. Assim sendo, a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08, não é apenas mais uma lei, não pode ficar no papel. A sua aplicabilidade se faz urgente e necessária, no sentido de que as salas de EJA, criem espaço de debate e discussão acerca de temas emergentes como forma de conscientização e libertação de um povo que tem como marca histórica, a colonização, a escravização e conseqüentemente a alienação, a exclusão e a desigualdade.

A pergunta seguinte foi:

- Na sala de aula, há debates sobre essa temática? Dos alunos pesquisados, 21% disseram que sim; 32% disseram que havia, às vezes, 47% afirmaram que não.

GRÁFICO V



Fonte: Autoria Própria

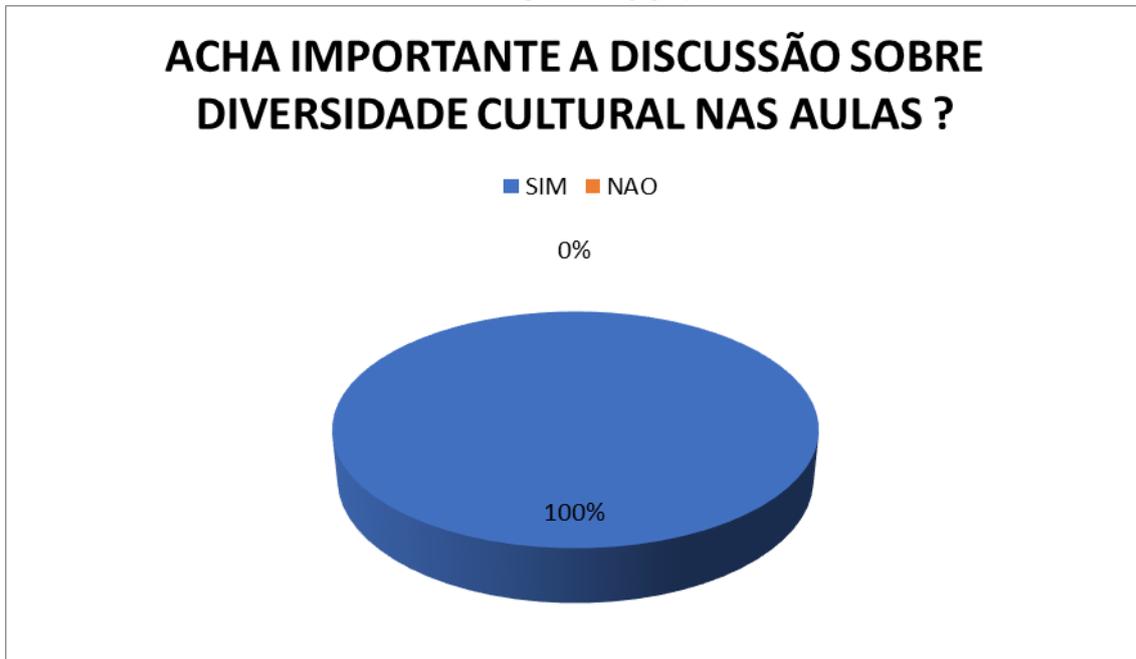
Quando perguntamos na questão 03: o que você entende sobre racismo? Foi possível perceber o desenvolvimento dos alunos acerca do que se falava e é até compreensível mediante o que fora afirmado pela professora, que às vezes é que se debatia o assunto em sala de aula. Necessário se faz que o professor e a escola de modo geral repensem suas práticas, saindo da omissão, do papel de faz de conta e do finge que ensina.

Esse parece ser um excelente momento de aprendizado para todos, humildemente reconhecer que o trabalho realizado não vai bem. É chegada a hora de mudança, de um novo posicionamento frente às grandes lacunas apresentadas pelos alunos, visto que é papel do professor cooperar para a formação de um cidadão crítico e preparado para uma vida mais justa, a partir de uma educação de qualidade, baseada no compromisso, seriedade e responsabilidade de educar para a vida.

Perguntamos:

- Você acha importante a discussão sobre a temática da diversidade cultural nas salas de Jovens e Adultos?
-

GRÁFICO VI



Fonte: Autoria própria

O reconhecimento da importância dessa temática por todos os alunos é interessante. Por outro lado, não sabemos da dimensão dessa compreensão. Se essa discussão ainda é embrionária na academia, imaginemos esse debate na educação básica. Vale ressaltar que esse olhar cuidadoso e cauteloso em nenhum momento tem a intenção de subestimar a inteligência, a capacidade e o potencial dos alunos da EJA. No entanto, é importante destacar que falar da Diversidade Cultural nas instituições educacionais é algo recente, mas também muito feliz para os que acreditam na construção de alternativas de inclusão social e educacional, frente à superação da exclusão social em nosso país.

A outra pergunta foi:

- Seu professor (a) corresponde as expectativas enquanto estudante e cidadão?

GRÁFICO VII



Fonte: Autoria Própria

É possível perceber que a maior parte (79%) dos alunos, responderam que a professora corresponde as suas expectativas. Os que responderam não utilizaram argumentos como: discriminação, falta de atenção e melhorar a atuação. De acordo com a pergunta dá a entender que a professora tem colaborado naquilo que eles esperam e acreditam na escola e do estudo. Por outro lado, é importante questionar: que imagens esses alunos fazem de um/a professor/a?

Sabemos que ao longo da história foi-se criando muitos tipos de professores, especialmente “o professor bonzinho”, não cobra muito dos alunos, não é exigente, libera a turma mais cedo, faz as tarefas junto com os alunos, etc. Logo, o aluno não precisa fazer muito esforço, ou seja: não pensa, não questiona, não reflete e também não aprende. De acordo com Freire (1983, p.77):

Exatamente porque não podemos aceitar a concepção mecânica da consciência, que a vê como algo vazio a ser enchido, um dos fundamentos implícito na visão “bancária” criticada, é que podemos aceitar, também, que a ação libertadora se sirva das mesmas armas da dominação, isto é, da propaganda dos slogans, dos “depósitos”. A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa

compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializadas, mecanicistamente compartimentada, mais nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo.

Então um professor que colabore nesse processo, precisa necessariamente ser um bom profissional, no sentido de fazer bem o seu trabalho. Nas palavras de Rios (2006, p. 47):

Afirmo que o saber fazer bem tem uma dimensão técnica, a do saber e do saber fazer, isto é, domínio dos conteúdos de que o sujeito necessita para desempenhar o seu papel, aquilo que s requer dele socialmente, articulado com o domínio das técnicas, das estratégias que permitam que ele, digamos, ”dê conta de seu recado”, em seu trabalho.

Nessa questão indagamos:

- Você se sente discriminado (a) ou inferior quanto a sua etnia ou posição socio-econômica?

GRÁFICO VIII



Fonte: Autoria Própria

As pessoas que se sentem aceitas e respeitadas nos espaços em que frequentam com certeza são felizes, muitas vezes apesar das dificuldades. Embora, esse seja um grande

desafio, num país como o nosso, em que o “ter” vale mais do que o “ser”. A sociedade do lucro, da mais valia, do mercado, do capital e do consumo, estabelecem padrões, categorias. Os indivíduos que atendem a esse modelo geralmente são os que dispõem de melhores condições financeiras, de mais escolarização, etc. As demais pessoas na maioria das vezes são excluídas e tratadas como coisa, objeto de pouco valor. A resposta desses alunos nos faz acreditar e sonhar que a mudança é possível.

Finalizando, perguntamos:

➤ Por que você está estudando?

Para provar para mim mesmo e para meus pais que sou inteligente (A1);

Para adquirir minha liberdade de expressão, independente da cultura ou posição social (A2);

Porque quero terminar e entrar em uma faculdade (A3);

Para adquirir conhecimentos e através dele, um trabalho que possa me proporcionar uma melhor condição financeira (A4);

Porque não estou na idade adequada de estudar porque não tive oportunidade, pois tive que trabalhar para sustentar meu pai e meu irmão (A5);

Para conseguir meu objetivo (A6);

Para ter um futuro melhor (A7);

Para ter um futuro melhor e poder ajudar minha família (A8);

Porque sou obrigada. Porque querendo ou não, precisamos de um estudo para subir na vida (A9);

Para ter um maior conhecimento e exercer uma profissão específica (A10);

Estudar abre pensamentos, muda a visão do indivíduo quanto às formas de existir e pensar da sociedade (A11);

Porque pretendo ter o ensino superior (A12):

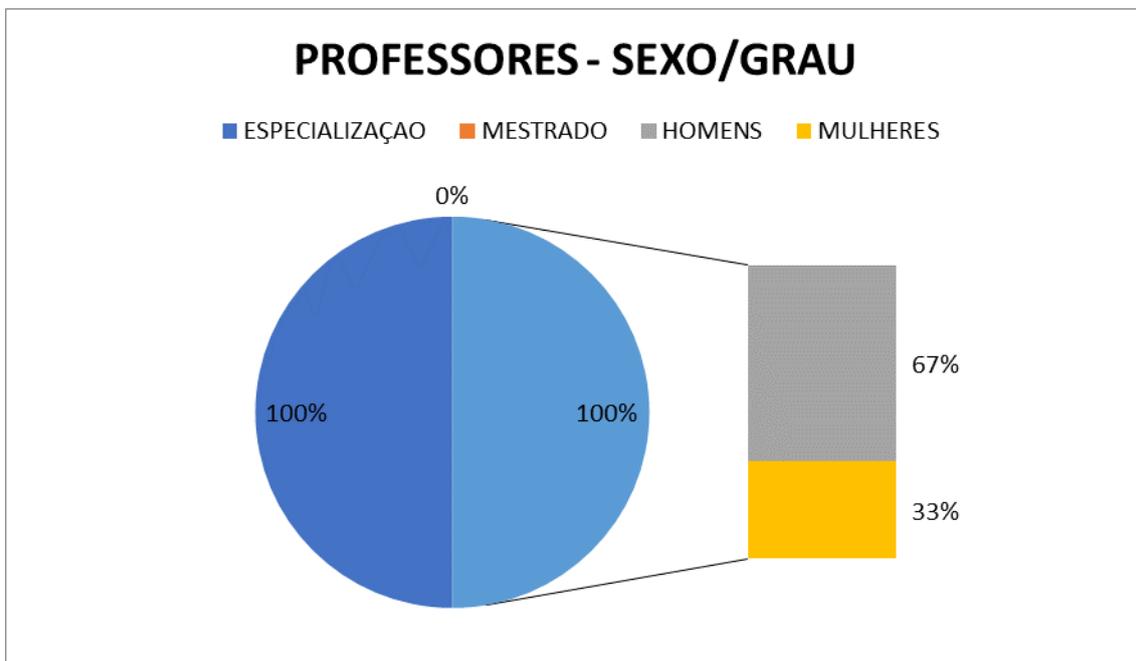
Para poder ajudar mais a minha família (A13);

Porque quero ser uma pessoa diferente ter um futuro melhor (A14);

Não responderam (A15, A16, A17, A18 e A19).

Nos próximos gráficos estaremos apresentando o resultado dos questionários aplicados aos professores das disciplinas de História, Português e Matemática da sala do Ciclo 05 C da EJA na UFPB. Da mesma forma que o questionário aplicado aos alunos, o dos professores também traz questões abertas possibilitando-os a exposição da sua opinião sobre o tema, situações de racismo vivenciadas em sala de aula e sua prática pedagógica na tentativa de inclusão de debates sobre preconceitos, discriminação e inclusão etnico-racial. Para tanto apresentamos esses gráficos numerados de I a X.

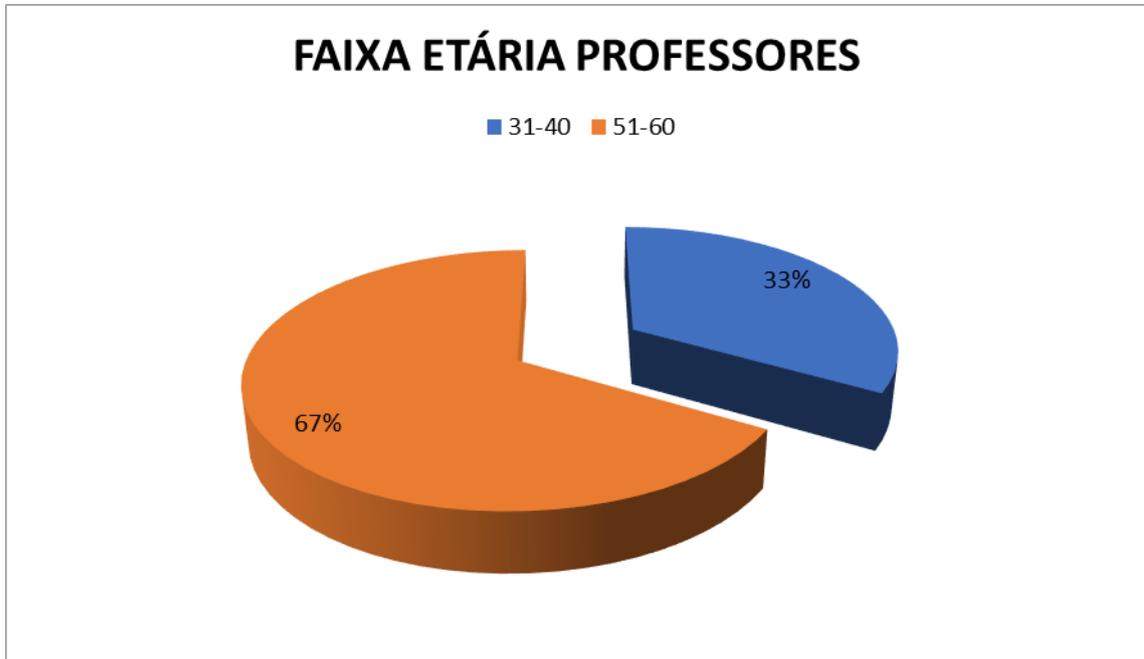
GRÁFICO I



Fonte: Autoria Própria

Diante do gráfico, podemos verificar que dos professores participantes ou entrevistados, 67% são homens e 33% mulheres e que os mesmos são especialistas.

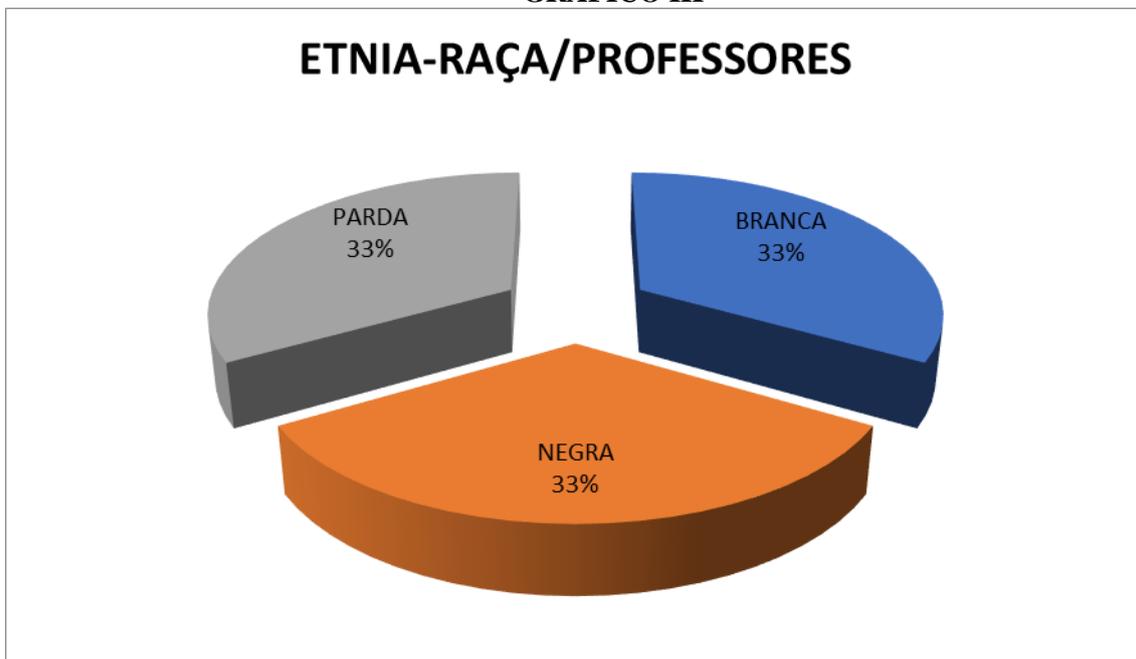
GRÁFICO II



Fonte: Autoria Própria

Vemos no presente gráfico que 67% dos professores entrevistados encontram-se na faixa etária dos 31 aos 40 anos e que 33 % possuem dos 51 aos 60 anos.

GRÁFICO III



Fonte: Autoria Própria

De acordo com a entrevista realizada através de questionários, obtivemos as respostas dos entrevistados que após analisadas, foi observado que 33% dos professores tem a cor branca, 33% possuem a cor negra e os outros 33% são da cor parda.

Iniciando a entrevista, nossa primeira pergunta foi:

- Na sua sala de aula há debates sobre os temas: racismo, preconceito e discriminação?

GRÁFICO IV



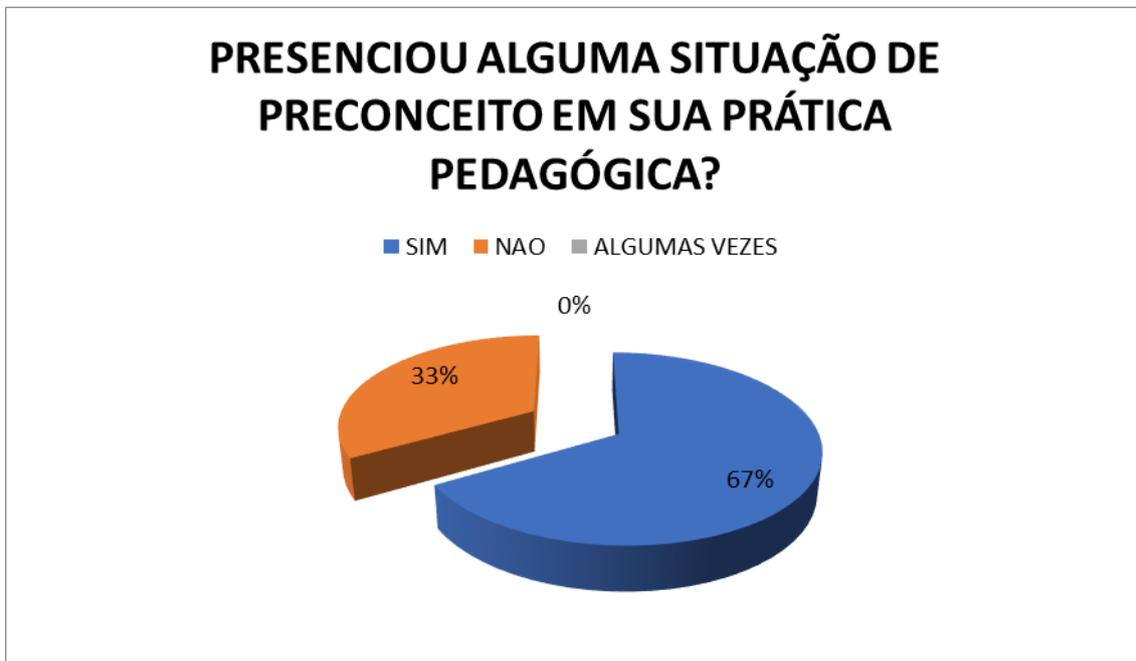
Fonte: Autoria Própria

Podemos observar que diante dos entrevistados, apenas 33% afirmam haver debates nas salas de aula da EJA. Essa resposta aponta uma política pedagógica desarticulada como o que é proposto pelas Leis nº 10.633 e 11.645/08, quando estas dizem que temas como: racismo, preconceito e discriminação precisam ser inseridos nos currículos das instituições de ensino, que sejam elas públicas ou privadas, a fim de combater essas práticas excludentes.

Continuando a entrevista, fizemos a seguinte pergunta:

- Na sua prática pedagógica, já houve situações de preconceitos por você presenciados em sua sala de aula?

GRÁFICO V



Fonte: Autoria Própria

A fala da maioria revela que o preconceito se faz presente em todos os espaços sociais, infelizmente até na escola, e esta como “**locus**” privilegiado da construção do saber, de crenças e valores, então, cabem-lhe trabalhar numa perspectiva realmente educativa, ou seja, a escola precisa construir projetos que envolva temas urgentes que colabore para o desenvolvimento da formação do sujeito cidadão. Não pode jamais deixar que o problema se instale para posicionar-se apenas como “apagadora de incêndio”. Esse é um trabalho cotidiano que precisa de objetivos claros e definidos no propósito a que se destina.

Em seguida perguntamos:

- A escola já se encarregou de promover alguns eventos incluindo o negro nas suas atividades?

GRÁFICO VI



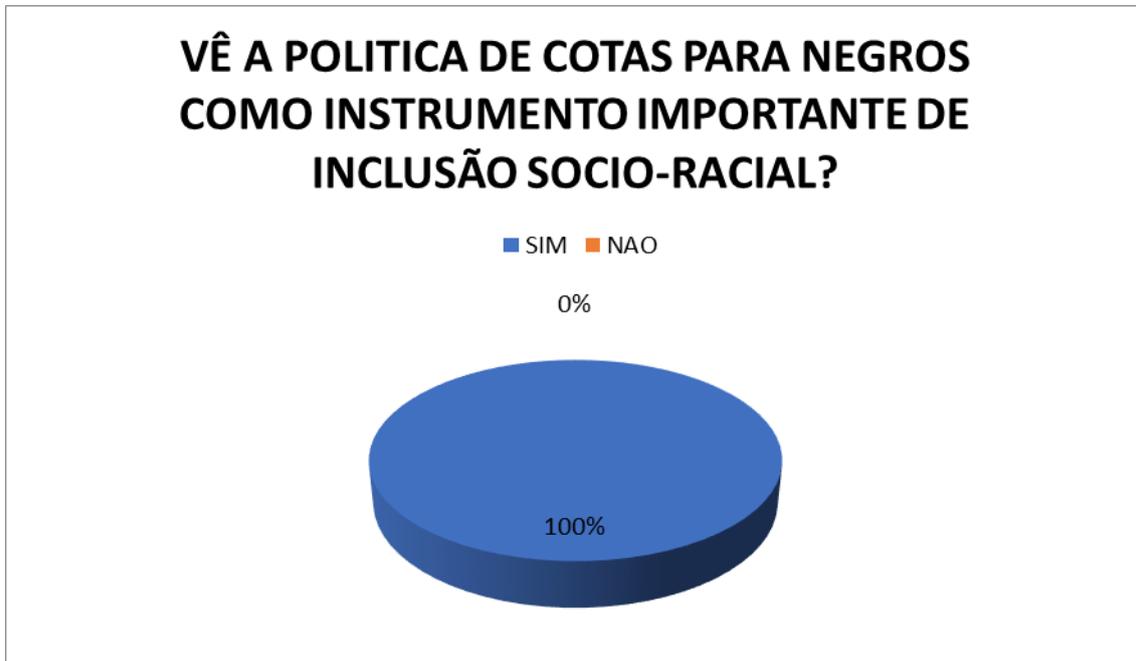
Fonte: Autoria Própria

Nessa questão, 67% dos professores afirmaram ter realmente eventos incluindo o negro nas suas atividades, enquanto 33% responderam sentir a falta desse evento na escola.

A pergunta da sequência foi:

- Você vê a política de cotas para negros nas universidades públicas como instrumentos importante para a inclusão sócio-racial?

GRÁFICO VII



Fonte: Autoria Própria

Dos entrevistados, todos foram unânimes em responder que sim. Sabemos que esse é um assunto ainda muito polêmico nos vários segmentos da esfera social de nosso país. Defendido e aplaudido por uns, criticados por outros. Diante da trágica história do negro no Brasil, excluído de todos os bens sociais, inclusive a educação. Então, a política de cotas para negros nas universidades públicas, surge justamente como uma forma de garantir-lhes o ingresso no ensino de 3º Grau, já que é ínfimo o número de negros graduados, logo, tal medida parece ser um importante instrumento de inclusão sócio-racial. Vale salientar que essa medida é algo a curto prazo, porém o importante é investir em uma educação de qualidade a partir da educação infantil.

Perguntamos aos professores:

- Já assistiram algum debate sobre os Afro-brasileiros?

GRÁFICO VIII



Fonte: Autoria Própria

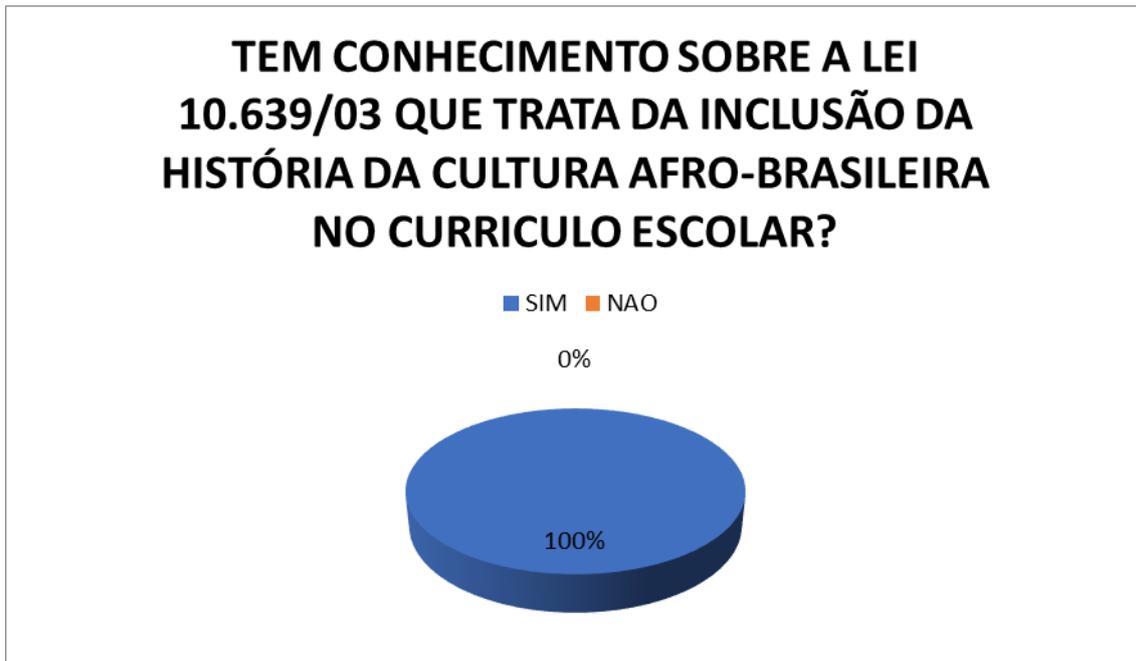
A resposta dos professores foi da seguinte forma: 62% deles responderam que não assistiu e 38% respondeu que assistiu.

Com isso, percebemos a importância e a necessidade da escola em promover debates, palestras ou proporcionar capacitação neste campo, a fim de que os professores, e principalmente os da EJA, possam dispor de conhecimentos e informação, visando assim o desenvolvimento de uma excelente e competente prática educativa. Cabe aqui destacar que essa responsabilidade não compete apenas à escola, na expressão de Freire (2001) todo professor precisa ser também um pesquisador. Dessa forma o processo de busca, o desejo de mudança e o compromisso com os alunos, de fato, diz respeito que fazem educação, ou seja, gestores, supervisores, orientadores, enfim, todos aqueles que fazem parte do processo educativo.

Prosseguindo com a entrevista, perguntamos:

- Você tem conhecimento da Lei nº 10.639/03, que trata da inclusão da História da Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares?

GRÁFICO IX



Fonte: Autoria Própria

Conforme o gráfico, os professores que foram entrevistadas, realmente conhecem do teor da lei e sua aplicabilidade. Diante de suas respostas percebe-se que se torna mais fácil ministrar aulas sobre essa temática para seus alunos, beneficiando seu papel de formadora de cidadãos cômscio de seus direitos e deveres.

Na questão seguinte indagamos:

- No que se refere ao planejamento, são inseridos conteúdos multidisciplinares que evidenciam a diversidade cultural?

GRÁFICO X



Fonte: Autoria Própria

As respostas para essa questão foram iguais pelos professores, tanto para sim, para não e para às vezes. Entendemos dessa forma que cada professor respondeu a uma opção diferente. Dessa forma podemos concluir que há uma ausência de uma prática e organização institucional quanto ao planejamento pedagógico, quando se sabe de sua importância e contribuição no trabalho docente. Segundo Luck (1981, p.31), “os fundamentos, ideais e princípios comuns, claramente entendidos e aceitos por todos, estabelecem o fio integrador de ações específicas e garantem a sua articulação e interligação”. Assim, se torna necessário que toda equipe escolar se integre a fim de garantir uma educação de qualidade.

Portanto, a sala da EJA com que nos deparamos disse muito para nós. Na incessante tentativa de compreender e analisar as relações étnico-raciais na sala da EJA do Ciclo 05 “C” da UFPB utilizamos o olhar, a escuta e a conversa como recursos precípuos dos acontecimentos, e no decorrer do trabalho de campo obtivemos um material consideravelmente vasto referente ao nosso objeto de estudo.

Constatamos através da teoria-prática que ainda existe um longo e desafiador caminho a ser percorrido na educação de jovens e adultos, e serem efetivados, e isso requer condições concretas, no caso das leis: nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 e não podem continuar sendo ignoradas pelos gestores públicos, escolas e professores.

Vimos e sentimos o descaso de todas as instâncias quanto a implementação da temática: História e Cultura afro-brasileira e indígena, no currículo oficial da escola. Os gestores públicos até o momento não obtiveram êxito quanto ao cumprimento do que está na lei, e a escola por sua vez continua de “braços cruzados” a esperar pelas decisões advindas da secretaria de educação, e os professores, desconhecem totalmente as modificações e ampliações na LDB – 9.394/96. Logo, o prejuízo maior diante de toda essa inércia quem paga é o aluno.

Diante dessa realidade, estudamos vários assuntos referentes às relações étnico-raciais com a intenção de não ficarmos apenas na observação, mas com o objetivo de colaborar com práticas pedagógicas mais transformadoras e humanizantes.

Foram pesquisados temas como: formação do povo brasileiro, diferenças culturais, raciais, cidadania, direitos e deveres, sem o comprometimento do planejamento pré-estabelecido pelos professores, visto que houve um diálogo prévio no que tange a explanação dos conteúdos inseridos na sala do Ciclo 05 C da EJA na UFPB..

Visita à sala de aula da EJA na UFPB

No segundo semestre 2018.2, fiz uma visita a sala de aula onde funciona a EJA UFPB no horário noturno, para realizar uma atividade da Disciplina Alfabetização de Jovens e Adultos, disciplina optativa que cursei motivado pelo tema e que trouxe aprofundamento a este trabalho, o qual desejo apresentar na área da Sociologia da Educação.

De posse da declaração do Centro de Educação e da disciplina, me dirigi a sala de aula do Ciclo 05 “C” da EJA que corresponde aos 1^a e 2^a anos do ensino médio onde fui muito bem recebido e apresentado a sala para poder fazer uma apresentação do nosso curso de Ciências Sociais e coletar informações para a minha atividade através de um questionário.

A turma era composta de estudantes de faixa etária, compreendida de 18 a 55 anos de idade e maioria negros e negras trabalhadores do comércio e da construção civil.

Em nosso diálogo ficou constatado que a grande maioria estava ali estudando na perspectiva de melhorar sua situação no mercado de trabalho, visando melhores condições de emprego e renda.

Apesar de terem tido um fracasso escolar no passado, enquanto estudaram no período ideal, estes estudantes admitiram que voltaram aos bancos da escola porque sentem muita vontade de aprender.

Questionei se nas disciplinas ofertadas, tinham sido feitas atividades sobre questões étnico-raciais e sobre a cultura afro-brasileira e africana e a resposta foi que sim, porém com mais frequência em datas comemorativas, pude constatar que nem todos os professores faziam abordagem sobre o assunto.

Fiz uma pequena apresentação da lei nº 10.639/03 tendo em vista que o tempo da aula era curto, basicamente usei a metade da aula para aplicar o questionário e abordagem do tema. De toda forma é notável o interesse dos estudantes da EJA sobre a temática, principalmente num ambiente em que são tão diferentes pensamentos entre eles devido à faixa etária.

Queremos fazer um breve comentário com relação às respostas das professoras, reportando-nos as questões 05 e 09 do questionário o qual foi utilizado para a entrevista; com as perguntas: Qual a sua concepção sobre o racismo? E Qual o seu posicionamento diante dessa situação? respectivamente.

De acordo com as respostas dos professores, referente a concepção de racismo, cada um se expressou de sua forma (espontânea), porém podemos analisar que suas respostas são sem segurança, respostas que não chegam a um conceito esperado, enquanto professores que se intitularam como especialistas, isto é, todas possuem pós graduação, mas no entanto suas palavras são evasivas nesse sentido com relação ao assunto estudado.

Sabemos que racismo é a **discriminação social** baseada no conceito de que existem diferentes raças humanas e que uma é **superior às outras**. Esta noção tem base em diferentes motivações, em especial as características físicas e outros traços do comportamento humano.

Consiste em uma atitude depreciativa e discriminatória **não baseada em critérios científicos** em relação a algum grupo social ou étnico.

O racismo no Brasil é crime previsto na Lei n. 7.716/1989, e inafiançável e não prescreve, ou seja, quem cometeu o ato racista pode ser condenado mesmo anos depois do crime.

Quanto à resposta da questão 09, um dos professores não respondeu. As respostas dos outros dois professores foram bem diferentes uma da outra. Vejamos: o primeiro professor respondeu a essa pergunta da seguinte forma: sou contra a qualquer forma de discriminação, não só racial, como cultural, religiosa, etc.; já a segunda afirma: esclarecer de forma com que todos pudessem fazer uma reflexão sobre a fala em debate “racismo”.

Portanto vimos que há uma necessidade emergente de professores capacitados para atuarem ansa salas de Educação de jovens e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização deste estudo, podemos afirmar que muitos são os desafios enfrentados na educação brasileira. Entre tantos, um deles é a efetivação concreta das leis, haja vista os avanços obtidos nos últimos anos, com a lei nº 10.639/03 e a lei nº 11.645/08 que até o presente momento se encontra apenas no papel, longe das práticas pedagógicas e, ainda desconhecida por muitos profissionais da educação, portanto, longo é o caminho a ser percorrido.

Este estudo aponta as velhas contradições vividas num país como o nosso: leis modernas, discurso inovador, no entanto, vazio porque está distante de suas práticas. Daí a grande importância de se contemplar a fala dos sujeitos que desenvolvem o ato pedagógico, ou seja, os professores, mas também conhecer in loco como se realiza essa prática e os fatores que ocorrem para que ela seja condizente ou não com o que está na lei.

Assim, a pesquisa indica vários fatores relevantes, para que as relações étnico-raciais correspondam as expectativas da educação de jovens e adultos, desde a importância da divulgação e do estudo das leis da educação por todos os profissionais da educação. Maior compromisso dos gestores públicos em garantir a aplicabilidade das leis, maior participação da comunidade na escola, através da construção do Projeto Político Pedagógico, do currículo, enfim, da tomada de decisões daquilo que seja melhor para todos e que garanta o exercício da democracia e a cidadania plena dos alunos, seja crianças, jovens ou adultos.

Nesse contexto, a escola e os seus profissionais precisam e devem assumir a responsabilidade com a causa que abraçou – a educação. Assim sendo, não se pode pensar em fazer educação com professores desqualificados, desatualizados, sem ajuda e apoio pedagógico por falta de supervisor e orientador educacional, como também de uma gestão democrática e de um empenho maior das secretarias de educação. No sentido de criar condições favoráveis de trabalho que atenda as exigências e as demandas desse novo tempo, em tempo de mudança e necessidade urgente de práticas emancipatórias.

Portanto, tratar do tema, Relações étnico-raciais na perspectiva à educação de jovens e adultos, foi uma rica experiência de crescimento profissional e pessoal, pois ao longo das observações dos trabalhos desenvolvidos nas atividades em sala de aula e, sobretudo com esta pesquisa junto aos professores e aos alunos, nos motivou a aprofundar posteriormente

pesquisas no campo da EJA, além da contribuição através desta pesquisa para compreensão esmerada da educação de jovens e adultos como campo de igualdades e direitos das relações étnico-raciais.

Quanto as questões 03 (três) e 09 (nove): O que você entende sobre racismo, preconceito ou discriminação e porque você está estudando? respectivamente.

Verificando as respostas, vimos que na primeira, os alunos não fazem a diferença entre os termos abordados. Eles confundem constantemente o que venha ser conceito de cada palavra e na segunda resposta, quem analisa percebe que alguns alunos estão estudando contra sua própria vontade, visando apenas um certificado, enquanto outros se definem bem, quando falam que querem ter um futuro melhor, que querem adquirir um melhor conhecimento, entre outros.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. 2001. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=eja+na+atualidade&hl=pt-BR&ir=lang-pt&um=1&ie=utf-8&oi=scholar>. Acesso em: 13 jul. 2008.

A trajetória do Fórum Estadual da EJA. **Contribuições para o VII ENEJA**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7Ha7qgRZBgQJ:forumeja.org.br/files/Para%25C3%25ADba.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 21 set 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2019.

BICUDO, M^a Aparecida; ESPÓSITO, Vitória Helena. **Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba: Unimep, 1994.

BRASIL, Constituição da República Federal de São Paulo: Ed. Revista dos tribunais, 1988.

_____. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

_____. Lei nº 11.645 de março de 2008. Diário Oficial da União de 11 de março de 2008.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394-96, 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília – DF.

_____. Ministério da educação/Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. 3 ed. v. 10. Brasília – DF, 2001.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética. 3 ed. v. 8. Brasília – DF, 2001.

CASÉRIO, Vera M. Regino. **Educação de jovens e adultos: pontos e contrapontos**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

COSTA, Denise de Castro; NETO, Santos Tizzo. **Miscigenação racial**. Disponível em: <http://miscigenacaoracial.blogspot.com.20007/7/conceito-de-etnia.html>. Acesso em: 21 ago. 2008.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2002.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Mazagão. Visões da Educação de jovens e adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, v. 21, n. 55, Campinas, nov. 2001.

_____. Pedagogia da autonomia: **saberes necessários a prática educativa**. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, Nilma Lima. Educação de jovens e adultos e questão racial. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, NILMA. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Educação e relações raciais**: refletindo sobre algumas estratégias de Educação. In: MUNANGA, Kabengele (org). Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

LIMA, Marcela Luna Gemoglia de. **As relações étnico-raciais no espaço escolar**: pedagogia das diferenças. João Pessoa-2007. Trabalho de Conclusão de Curso.

LUCK, Heloísa. **Ação integrada**: administração, supervisão e orientação educacional. Petrópolis: Vozes, 2004.

LUDKE, Menga ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

PAIVA, Ivanilda Pereira.: **contribuição a história da educação brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PEREIRA, Amauri Mendes. Escola-espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: **História da educação do negro e outras histórias**. ROMÃO, Geruse (org.), Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ROCHA, Halline Fialho da. Et al. **As práticas educativas na educação de jovens e adultos**. Petrópolis, 2002. Pesquisa de conclusão de curso de Pedagogia da Faculdade Educ. Univers. Católica de Petrópolis. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01.html>. Acesso em: 22 jul. 2008.

SANTOS, Sales A. dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. **EDUCAÇÃO anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639-2003**. Brasília:MEC: SECAD, 2005, p. 21-37.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação: Um movimento negro contemporâneo.** Disponível em <http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2004/dpc/text5.html>. Acesso em: 21 ago. 2008.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A questão do Negro na sala de aula.** São Paulo: Ática, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, José Barbosa da. **Novos desafios a educação de jovens e adultos.** In: Proposta curricular da rede municipal de ensino de João Pessoa, 2005.

SCOCCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular: do sistema Paulo Freire ao IPNS da ditadura.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB; {São Paulo}: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

11.A escola já se encarregou de promover alguns eventos incluindo o negro nas suas atividades?

Sim

Não

12.Você vê a política de cotas para negros nas universidades públicas como instrumento importante para inclusão sócio-racial?

Sim

Não

13.Você já assistiu algum debate sobre os afro-brasileiros?

Sim

Não

